

VITÓRIA BELMONTE GOMES NERIS

**O EMPREENDEDORISMO FEMININO EM PORTO MURTINHO-
MS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
CAMPO GRANDE - MS**

2024

VITÓRIA BELMONTE GOMES NERIS

**O EMPREENDEDORISMO FEMININO EM PORTO MURTINHO-
MS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Arlinda Cantero Dorsa.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
CAMPO GRANDE**

2024

N445e Neris, Vitória Belmonte Gomes
O empreendedorismo feminino em Porto Murtinho - MS
na perspectiva do desenvolvimento local/ Vitória Belmonte
Gomes Neris sob orientação da Profa. Dra. Arlinda
Cantero Dorsa.-- Campo Grande, MS : 2024.
89 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) -
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande- MS,
2024

Bibliografia: p. 87-89

1. Empreendedorismo feminino. 2. Porto Murtinho (MS).
3. Políticas públicas. 4. Desenvolvimento local I.Dorsa,
Arlinda Cantero. II. Título.

CDD: 658.421

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “O empreendedorismo feminino em Porto Murtinho-MS na perspectiva do Desenvolvimento Local”

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 29/02/2024

A presente defesa foi realizada por videoconferência. Eu, Arlinda Cantero Dorsa, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.



Prof.ª Dr.ª Arlinda Cantero Dorsa

Prof.ª Dr.ª Arlinda Cantero Dorsa (orientadora)
Prof.ª Dr.ª Maria Augusta de Castilho (PPGDL/UCDB)
Prof.ª Dr.ª Andréa Flores (UFMS)

Este trabalho é dedicado à minha filha
Helena e aos meus pais, minhas fontes
diárias de motivação, apoio e amor.

AGRADECIMENTOS

A gratidão, na Bíblia, se perfaz como a qualidade de reconhecer e valorizar as dádivas recebidas. Mais importante que receber ou ter é a dádiva de agradecer e valorizar quem esteve ao nosso lado nos momentos em que nos sentíamos necessitados.

Por tudo isto, agradeço, muito a Deus, por ter sido meu amparo desde o começo da minha formação em Direito, quando na graduação descobri minha gravidez, não planejada, mas extremamente desejada, com apenas 20 anos, em um momento de total confusão e dificuldade, sua mão me ergueu e fez com que não desistisse de nada.

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelo qual recebi o financiamento para ingressar e concluir o Mestrado em Desenvolvimento Local.

Em especial, agradeço à minha orientadora Dra. Arlinda Cantero Dorsa por todos os ensinamentos, companheirismo, apoio e compreensão comigo. Tenho total consciência da importância da mesma na minha trajetória como pesquisadora, afinal, foi ela que me abraçou no 2º semestre da faculdade de Direito e até aqui juntas estamos ansiosas para as próximas produções que certamente faremos.

Aos meus queridos Professores do Programa de Pós-graduação do Mestrado em Desenvolvimento Local, que me acompanharam durante esta jornada, bem como o pessoal administrativo do programa, agradeço o apoio.

Agradeço a minha família, meus pais e avós que sempre depositaram todo o amor e confiança na certeza de que o mestrado seria mais uma etapa de vida concluída com sucesso. À minha prima Alaise Gomes Gauna Cardoso, professora e amante da pesquisa e do ensino, obrigada por total apoio e auxílio, me recordo que em seu TCC eu estava nos seus agradecimentos quando eu ainda era uma criança. Hoje além de agradecer tenho orgulho em dizer que me inspiro em você.

Ao município de Porto Murtinho-MS e às grandes mulheres que se colocaram à disposição para serem entrevistadas, a minha gratidão, essa dissertação é sobre vocês e para vocês, as transformações chegarão.

Não posso finalizar esse ciclo sem antes agradecer às minhas amigas que são minha segunda família, a quem sempre terei muito apreço.

E por fim, à minha filha Helena Belmonte Batista, que com seus três anos de idade é a razão pela qual eu luto todos os dias por um futuro para nós e em prol das mulheres.

A vocês, meus queridos, meu muito obrigada!

NERIS Vitória Belmonte Gomes. **O empreendedorismo feminino em Porto Murtinho-MS na perspectiva do desenvolvimento local.** 2023, 83 p. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

A presente dissertação trata do desdobramento do empreendedorismo feminino no município de Porto Murtinho-MS na perspectiva do desenvolvimento local. Considerando-se a realidade econômica em que o empreendedorismo se faz cada vez mais presente em vários âmbitos da sociedade, analisar o histórico de crescimento e desenvolvimento do mesmo se perfaz muito importante em prol da população. As mulheres que por muito tempo foram colocadas apenas no papel de “donas de casa” viveram mudanças e lutas drásticas ao decorrer da história mundial. Na contemporaneidade, a mulher assume a frente de seus negócios tanto quanto os homens e além disso acumulam as funções provenientes da casa e da família. Nesse sentido, como objetivo geral, esta pesquisa busca compreender como o empreendedorismo surgiu em escala global até chegar na realidade das empreendedoras do município em questão. O presente estudo foi baseado em pesquisas bibliográficas, a partir da leitura, fichamento e análise de livros, artigos, teses e dissertações, realizando uma revisão de literatura. Metodologicamente, enquadra-se como uma abordagem quali-quantitativa ao envolver aspectos qualitativos e quantitativos. Classifica-se a partir da abordagem analítico-sintético, assim, parte-se de uma visão macro, reduzindo as análises à compreensão micro do objeto de estudo, além de ser empírico-analítica por pretender analisar dados obtidos na realidade concreta. Para tanto, apresenta-se estruturada na elaboração de quatro capítulos divididos entre conceitos, historicidade e análise *in loco*. Neste contexto, destaca-se a ligação direta do desenvolvimento do Desenvolvimento Local em Porto Murtinho-MS com a promoção das políticas públicas para as empreendedoras. Como conclusão, entende-se que o município de Porto Murtinho – MS está em ascendência quando o assunto é empreendedorismo feminino, além de ser uma das principais cidades da Rota Bioceânica e estar em crescimento econômico e social, há grande participação ativa e implementação de políticas públicas para as mulheres empreendedoras locais.

Palavras-chave: Empreendedorismo feminino. Porto Murtinho-MS. Políticas públicas. Desenvolvimento Local.

NERIS Vitória Belmonte Gomes. **Female entrepreneurship in Porto Murtinho-MS from the perspective of local development.** 2023, 83 p. Dissertation (Master's degree) Dom Bosco Catholic University.

ABSTRACT:

This dissertation deals with the development of female entrepreneurship in the municipality of Porto Murtinho-MS from the perspective of local development. Considering the economic reality in which entrepreneurship is increasingly present in various areas of society, analyzing the history of its growth and development is very important for the benefit of the population. Women who for a long time were placed solely in the role of “housewives” experienced drastic changes and struggles throughout world history. In contemporary times, women take over the management of their businesses just as much as men and also carry out household and family functions. In this sense, as a general objective, this research seeks to understand how entrepreneurship emerged on a global scale until it reached the reality of female entrepreneurs in the municipality in question. The present study was based on bibliographical research, based on reading, recording and analyzing books, articles, theses and dissertations, carrying out a literature review. Methodologically, it is framed as a qualitative-quantitative approach by involving qualitative and quantitative aspects. It is classified based on the analytical-synthetic approach, thus starting from a macro view, reducing analyzes to the micro understanding of the object of study, in addition to being empirical-analytic as it intends to analyze data obtained in concrete reality. To this end, it is structured in four chapters divided between concepts, historicity and on-site analysis. In this context, the direct link between the development of Local Development in Porto Murtinho-MS and the promotion of public policies for female entrepreneurs stands out. As a conclusion, albeit partial, it is understood that the municipality of Porto Murtinho – MS is in the ascendancy when it comes to female entrepreneurship, in addition to being one of the main cities on the Rota Bioceânica and experiencing economic and social growth, there is great active participation and implementation of public policies for local women entrepreneurs.

Keywords: Female entrepreneurship. Porto Murtinho-MS. Public policy. Local Development.

LISTA DE SIGLAS

ACIPOM – Associação Comercial e Industrial de Porto Murtinho - MS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior

CCMEI – Cadastro de Condição de Microempreendedor Individual

CEDM/MS – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso do Sul

CNDB – Conselho Nacional de Direitos da Mulher

DAS – Documento Nacional de Arrecadação do Simples Nacional

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBQP – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade

IMOL – Instituto de Medicina e Odontologia Legal

MEI – Microempreendedor Individual

MMA – Movimento das Mulheres Agricultoras

MPM/MS – Movimento Popular das Mulheres de Mato Grosso do Sul

MS – Mato Grosso do Sul

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PROMUSE – Programa Mulher Segura

ONU – Organização das Nações Unidas

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEJUSP – Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

SIM – Serviço de Informação à Mulher

SSPM – Subsecretaria de Políticas para as Mulheres

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Mapeamento de artigos da base de dados da *Scielo*

Tabela 2. Mapeamento de artigos da base de dados do *Google Acadêmico*

Tabela 3. Conceitos de empreendedorismo

Tabela 4. Tipos de empreendimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Nuvem de palavras advinda das palavras-chave dos artigos selecionados da *Scielo* _____

Figura 2. Nuvem de palavras advinda das palavras-chave dos artigos selecionados do *Google Acadêmico* _____

Figura 3. Ciclo de Políticas Públicas _____

Figura 4. Capítulos do Plano Nacional de Políticas Públicas _____

Figura 5. Plano Estadual de Políticas Públicas: Mato Grosso do Sul _____

Figura 6. Linha do tempo: Evolução das Teorias Administrativas _____

Figura 7. Localização de Porto Murtinho – MS _____

Figura 8. Cidade Empreendedora em Porto Murtinho - MS _____

Figura 9. Nuvem de palavras advinda das entrevistas _____

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Rio Paraguai em Porto Murtinho – MS _____

Foto 2. A cidade de Porto Murtinho – MS _____

Foto 3. Prefeitura de Porto Murtinho – MS _____

Foto 4. Quartel da 19ª Companhia de Batalhão de Fronteira _____

Foto 5. Contorno rodoviário em Porto Murtinho - MS _____

Foto 6. Terminal da FV Cereais: Investimentos _____

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estado civil

Gráfico 2. Maternidade

Gráfico 3. Tempo de empreendimento

Gráfico 4. Empreendimento como renda familiar

Gráfico 5. Dificuldades enfrentadas pelas empreendedoras

Gráfico 6. Impactos positivos da Rota/Corredor Bioceânico

Gráfico 7. Visão do empreendedorismo com a implementação da Rota/Corredor Bioceânico

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS -----	14
2. REVISÃO DE LITERATURA: MULHER, MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO -----	17
2.1 Pontuações Teóricas: olhares sobre a Revisão de literatura -----	17
2.2 Mapeamento -----	20
2.2.1 Enfoques apresentados pelos autores da base de dados da <i>Scielo</i> -----	20
2.2.2 Enfoques apresentados pelos autores da base de dados do <i>Google Acadêmico</i> ----	23
2.2.3 Nuvens de palavras advinda das palavras-chave-----	26
3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: pontuações necessárias -----	29
3.1 Contexto histórico das lutas femininas -----	29
3.2 Conceito de Políticas Públicas para as mulheres -----	30
3.3 Políticas Públicas para mulher: Mato Grosso do Sul -----	41
3.4 Políticas Públicas para mulher: Porto Murtinho – MS -----	47
4. DAS VISÕES DE EMPREENDEDORISMO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E EMPREENDEDORISMO FEMININO EM PORTO MURTINHO – MS -----	50
4.1 Conceituação de Desenvolvimento Local -----	51
4.2 O contexto histórico do Empreendedorismo -----	55
4.3 Empreendedorismo no Brasil -----	59
4.4 Empreendedorismo Feminino no Mato Grosso do Sul -----	61
4.5 Porto Murtinho: da visão histórica ao Empreendedorismo Feminino -----	63
5. A REALIDADE DA MULHER EMPREENDEDORA EM PORTO MURTINHO – MS -----	70
5.1 Do questionário aplicado – respostas objetivas -----	74
5.2 Do questionário aplicado – respostas subjetivas -----	79
5.3 Da entrevista realizada -----	82
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	85
REFERÊNCIAS -----	87

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O empreendedorismo existe nas relações interpessoais desde os primórdios, mas as primeiras ideias disseminadas sobre o empreendedorismo datam a partir de meados de 1700. Na contemporaneidade, o conceito de empreendedorismo se reformulou e tomou o papel de abranger os empreendedores ditos “por necessidade” e os de “oportunidade”, com tanto avanço tecnológico, cultural e familiar o empreendedorismo ganha como atuante fiel as mulheres.

Nesse sentido, a temática da presente dissertação busca tratar o Empreendedorismo Feminino em Porto Murtinho-MS na Perspectiva do Desenvolvimento Local, voltando o olhar para as políticas públicas existentes no município e ações sociais ligadas ao desenvolvimento e fortalecimento do empreendedorismo feminino. Sendo assim, a problemática consiste em responder: Como o empreendedorismo feminino surge e se mantém no município de Porto Murtinho-MS, na visão do Desenvolvimento Local?

A escolha desse tema se justifica em razão de que se acredita que o empreendedorismo é um dos principais, se não, o principal agente de mudança para a realidade econômica e profissional das mulheres na sociedade brasileira.

Além disso, a formação da pesquisadora como bacharel em Direito e advogada da Área de Família vislumbrou a necessidade de se fomentar o diálogo acerca da realidade do empreendedorismo feminino, abordando todos os aspectos familiares, educacionais, econômicos e sociais a fim de se entender todo o contexto de surgimento dos empreendimentos femininos: suas características, dificuldades e incentivos vindo por parte das políticas públicas e organizações atuantes do meio empreendedor.

De igual modo, considerando a formação familiar dessa pesquisadora, além de Porto Murtinho-MS ser um município em foco, haja vista, a implementação da Rota /Corredor Biocênico, a cidade é responsável pela formação familiar da mesma. Neta de Josefa Belmonte, paraguaia “legítima”, como a própria gosta de se qualificar, advinda da Isla Margarita e Gregório Gomes, oficial das forças armadas paraguaias, o casal se conheceu na fronteira e se mudaram para Porto Murtinho, onde tiveram seus 5 filhos, murtinhenses. Criaram assim, laços, histórias e memórias que foram passadas entre as gerações da família; entre filhos, netos e bisnetos, todos conheceram a cidade natal e puderam deslumbrar e conhecer a história da família Belmonte Gomes.

Com a presente proposta espera-se contribuir para a comunidade científica e para a sociedade em geral, ao trazer um material realista sobre a temática, uma vez que vai muito além de só analisar o contexto histórico e organizacional do tema, mas sim conhecer e entender a realidade das empreendedoras.

Outra contribuição volta-se à possibilidade de contribuir para o estímulo ao diálogo e à pesquisa sobre o referido tema na academia, por acreditar também, que o presente trabalho contribua e reflita no programa de pós-graduação em mestrado e doutorado em desenvolvimento local, do qual esta pesquisadora faz parte, a evidência de que a responsabilidade social que o curso desempenha, bem como em uma de suas linhas de pesquisa que volta o olhar para as “políticas públicas e dinâmicas de inovação em desenvolvimento territorial”. Nesse sentido, tem-se, então, a relação deste estudo ao empreendedorismo feminino em Porto Murtinho-MS.

O objeto dessa pesquisa, portanto, se concentrou em entrevistar mulheres empreendedoras no município de Porto Murtinho-MS, com o intuito de se refletir sobre a teoria da questão empreendedora e também analisar os impulsos municipais para as mesmas como meio de promoção da igualdade de gênero e liberdade econômica feminina.

O objetivo geral constitui em compreender como o empreendedorismo surgiu em escala global até chegar na realidade das empreendedoras do município em questão. Os objetivos específicos são:

I) Mapear e analisar os artigos disponibilizados pelos indexadores *Scielo* e *Google Acadêmico* sobre a temática do empreendedorismo feminino e que possam contribuir para a elaboração desta dissertação.

II)Explicar sobre as políticas públicas e como elas são desenvolvidas em âmbito nacional, estadual e municipal, a fim de analisar o seu desdobramento e efetividade referentes às mulheres empreendedoras.

III)Contextualizar histórica e conceitualmente o empreendedorismo, assim como teoricamente o desenvolvimento local.

IV)Relacionar o desenvolvimento local do município com o empreendedorismo feminino a partir das percepções de empreendedoras femininas em Porto Murtinho-MS.

Com relação à metodologia de pesquisa, caracteriza-se como sendo de tendência empírico-analítica por pretender analisar dados obtidos na realidade concreta. Quanto à

abordagem, trata-se de pesquisa quantitativa e qualitativa porque envolve não somente dados quantificáveis e não quantificáveis, obtidos na pesquisa bibliográfica e documental.

No tocante ao método, a base lógica consiste em uma pesquisa que se enquadra como analítico-sintética, em vista dos procedimentos que foram adotados sendo que quanto ao tipo, os objetivos serão descritivos analíticos.

Ao se tratar sobre a coleta de dados a pesquisa utilizou de pesquisa de campo no uso de questionários semiestruturados por meio do *Google Forms* e de entrevistas com as empreendedoras femininas de Porto Murtinho – MS, que anteriormente responderam ao questionário, e se colocaram a disposição para realização da mesma.

O presente trabalho está estruturado em seis capítulos, sendo que no primeiro apresenta a macrovisão da dissertação em curso; o segundo trata da revisão de literatura acerca das palavras que mais vão ao encontro da pesquisa em questão. A revisão adotou artigos disponíveis no banco de dados da *Scielo* e do *Google Acadêmico*, analisando ao todo 16 artigos de autores e pesquisadores que contribuíram fortemente para o desenvolvimento da dissertação.

O terceiro capítulo é voltado para a explanação do que são as políticas públicas e como elas são desenvolvidas em âmbito nacional, estadual e municipal, a fim de analisar o desdobramento das mesmas e de sua efetividade para com as mulheres.

O quarto capítulo se volta para a contextualização histórica e conceito do empreendedorismo, assim como, do desenvolvimento local, além de elencar todo o contexto histórico do empreendedorismo até a realidade empreendedora das mulheres em Porto Murtinho-MS.

No quinto capítulo da dissertação se apresenta a junção de todo o desenrolar das políticas públicas e conceitos de empreendedorismo com o desenvolvimento local até chegar ao concreto cenário das mulheres empreendedoras no município em questão. Por fim, o último capítulo retoma o que foi tratado em cada capítulo e apresenta a visão analítica da autora sobre o tema discutido.

2 REVISÃO DE LITERATURA: MULHER, MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO

O presente capítulo trata da revisão de literatura acerca de assuntos que abordem a área de pesquisa da dissertação, é dividido em: pontuações teóricas, metodologia (trazendo a análise dos pontos teóricos encontrados nos artigos dos bancos de dados da *Scielo* e *Google Acadêmico*) e finalmente a apresentação de uma nuvem de palavras como forma de ilustrar as palavras mais frequentes dentro dos artigos estudados.

2.1 Pontuações Teóricas: olhares sobre a Revisão de literatura

Em primeiro momento há que se mencionar que a construção de conhecimento para posterior produção do mesmo, uma vez que é feita de forma coletiva, requer cuidados por parte de quem se propõe a realizar uma pesquisa, principalmente porque uma nova pesquisa pretende abordar algum viés que complemente ou que conteste aquilo que outros pesquisadores já afirmaram (LÉVY, 1993; 2015).

Nesse sentido, a formulação de um problema de pesquisa só consegue certa relevância na academia quando o pesquisador consegue identificar lacunas, consensos e controvérsias sobre o tema, após realizar uma análise crítica do estágio atual da produção científica.

A revisão da literatura é um processo que trabalha a busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento que está em busca de resposta para uma pergunta específica. A “literatura” em si cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos.

Como nos informam Cardoso *et al.* (2010, p.7) “cada investigador analisa minuciosamente os trabalhos dos investigadores que o precederam e, só então, compreendido o testemunho que lhe foi confiado, parte equipado para a sua própria aventura”. Entende-se então, conforme as palavras do autor, que uma revisão de literatura objetiva o aprofundamento sobre determinado tema a partir dos autores que o procederam, para poder dimensionar a importância da pesquisa em andamento.

A revisão da literatura trabalha especificamente em cinco pontos muito importantes para os pesquisadores (Lévy, 1993; 2015):

- i) a delimitação do problema da pesquisa, fazendo com o que o caminho da pesquisa fique limpo e conciso;
- ii) o auxílio à busca de novas linhas de investigação para o problema que o pesquisador pretende investigar;
- iii) o evitar abordagens infrutíferas, ou seja, por meio da revisão da literatura o pesquisador pode procurar caminhos nunca percorridos, evitando, assim, a repetição;
- iv) identificação de trabalhos já realizados, já escritos e partir para outra abordagem e, por fim;
- v) possibilidade de o pesquisador não repetir o que já foi dito, tornando a sua pesquisa irrelevante.

Como afirmam Quivy e Campenhoudt (2005, p.50), “tem-se frequentemente a impressão de que não há nada sobre o assunto, mas esta opinião resulta, em regra, de uma má informação”. Por outro lado, devem-se evitar dois erros apresentados por Carmo e Ferreira (1998, p.45), quando nos advertem para a “gula livresca ou estatística, que nos pode fazer afogar em sobre informação” e para o “desprezo pela disciplina que nos recomenda a prévia concepção de hipóteses e/ou de questões-bússola que funcionem como orientadoras da pesquisa, fazendo-a demorar mais e aumentando a imprevisibilidade dos resultados”.

Na contemporaneidade, a chuva de informações diárias que surgem sobre diversos assuntos acaba por gerar uma confusão para os pesquisadores, uma vez que nem tudo se trata e revela 100% a realidade sobre determinado tema. O acúmulo de informações além de estarem no limbo da veracidade acabam por gerar uma desordem nos objetivos da pesquisa.

Advertem Mazzoti e Gewandsznajder (2000, p. 181) que “caso não haja revisões disponíveis sobre o tema, é recomendável começar pelos artigos mais recentes e, a partir desses ir identificando outros citados nas respectivas bibliografias”.

Nesse sentido, Relva (2016, p. 23-29) apresenta uma reflexão importante aos pesquisadores que permeiam pelos caminhos da revisão da literatura, quando afirma ser de suma importância, por ser realizada em prol de auxiliar o pesquisador a focar no real objetivo da pesquisa e não perder tempo com questões secundárias. Neste sentido, dois aspectos da revisão da literatura devem ser levados em conta: (i) a revisão da literatura é

feita para consumo do próprio do pesquisador, para ajudá-lo a ter clareza sobre as principais questões teórico-metodológicas pertinentes ao tema escolhido e, (ii) feita para compor o trabalho, para ser parte integrante do trabalho, seja como um capítulo, como parte de um capítulo ou mesmo o trabalho todo.

Uma das formas de se fazer a revisão da literatura é por meio da consulta de produções do chamado “estado da arte”, que se trata do mapeamento por intermédio de um panorama geral das produções acadêmicas que já existem sobre um determinado tema, dessa forma, são reunidas as principais conclusões por meio de uma pesquisa teórica a partir de estudos e levantamentos bibliográficos sobre o assunto em questão.

Reforçam este ponto de vista Shiota e Dorsa (2019, p.35) quando afirmam que “o estado da arte propicia uma visão crítica do contexto evolutivo de um assunto ou tema, apontando para novos caminhos a serem trilhados pelos pesquisadores a fim de contribuir para a solução efetiva dos problemas sociais”.

Esse tipo de revisão faz a análise minuciosa e criteriosa da produção dentro de certo período cronológico, a fim de contribuir intelectual e socialmente, principalmente com a divulgação do que está sendo produzido na academia, no meio científico, e de que forma esse conhecimento está contribuindo positiva ou negativamente em determinada área de estudo. O Estado da Arte permite avaliar a evolução e os movimentos da pesquisa em uma dada área do conhecimento, podendo manifestar a necessidade de prosseguir ou modificar o rumo das pesquisas, bem como das temáticas e metodologias.

Possibilitando a análise dos principais resultados, das lacunas que ficaram abertas e, ainda, das áreas que não foram exploradas, a fim de identificar os espaços da produção, para poder sugerir, ou não, novas direções à investigação (Megid Neto & Pacheco, 2001; Ferreira, 2002; Soares, 2006), a fim de aprimorar a produção acadêmica e científica.

Esse trabalho surgiu da necessidade de investigar os paradigmas e abordagens metodológicas utilizadas nas produções acadêmicas e científicas e, para isso, inicialmente, foram selecionados artigos publicados em revistas que vão ao encontro da dissertação a ser construída.

2.2 Mapeamento

A análise quanto à abordagem do problema e quanto aos procedimentos técnicos foi qualitativa, bibliográfica e documental, uma vez que utilizou para esta revisão de literatura artigos na base de dados online da *Scientific Eletronic Library (Scielo)*.

Os descritores utilizados na pesquisa foram os seguintes: ‘Para a pesquisa utilizou-se também o filtro temporal de 2018 a 2022.

i) Na pesquisa da base de dados *Scielo*, foram encontrados 21 (vinte e um) artigos, dos quais foram selecionados 7 (sete) artigos. Os critérios de exclusão foram artigos não compreendidos nesta temporalidade e cujas áreas temáticas fugiam do escopo dos descritores.

ii) No *Google Acadêmico*, foram encontrados 47 (quarenta e sete) artigos, os critérios de exclusão seguiram o mesmo procedimento feito nos dados da *Scielo*, sendo que apenas 9 (nove) artigos foram selecionados desta revisão, atendendo aos critérios temporais e temáticos.

2.2.1 Enfoques apresentados pelos autores da base de dados da *Scielo*

A base da *Scielo* conta com uma gama de 21 (vinte e um) artigos relacionados ao tema empreendedorismo feminino, colocados em ativa todos os filtros mencionados, a pesquisa em questão analisara a abordagem técnica de 7 (sete).

Tabela 1. Mapeamento de artigos da base de dados da *Scielo*.

ANO	TÍTULO	AUTOR(ES)	PERIÓDICO
2018	Sobrevivência de Empresas Nascentes: Influência do Capital Humano, Social, Práticas Gerenciais e Gênero.	MINASI, S. M; MAYER, V. F. SANTOS, G. E. O	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
2018	Portal Rede Mulheres Empreendedoras: empreendedorismo, cultura e imagens de si.	SANTOS, E. D. HAUBRICH, G. F.	Revista Letras de Hoje
2020	A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino.	SOUZA, C. G.	Revista Katálysis

2021	Perfil empreendedor entre estudantes de graduação em enfermagem.	JOFRE, A.; GIUSTINA, K. P. D.; LESSA, G.; LUCHTEMBERG, M. N.; GOBATO, B. C.; OLIVEIRA, J. L. C.; ERDMANN, A. L.; SANTOS, J. L.G.	Revista Acta Paulista de Enfermagem
2021	Empreendedorismo e suporte familiar em estudantes de enfermagem do Brasil e Chile.	COLICHI, R. M. B.; FIGUEROA, A. E. J.; URRUTIA, V. G.; NUNES, H. R. C.; LIMA, S. A. M.	Revista Acta Paulista de Enfermagem
2022	Desigualdade de gênero no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil.	MINASI, S. M.; MAYER, V. F.; SANTOS, G. E. O.	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo
2022	Trabalho emocional e significados do feminino no empreendedorismo contemporâneo.	MAIA, M. M.	Cadernos Pagu

Fonte: Elaboração da Autora/2023

Iniciaremos os enfoques dos autores a partir da pesquisa de artigos da base de dados *Scielo*.

Pontuaram Minasi, Mayer e Santos (2018) que antes de se adentrar no empreendedorismo feminino propriamente dito é necessário, primeiramente observar e levar em conta as características individuais para a escolha profissional do indivíduo, nesse caso específico a mulher.

A escolha profissional é baseada nas competências individuais para determinadas habilidades, nas expectativas individuais, na bagagem cultural, nos antecedentes familiares, nas experiências prévias, na formação acadêmica e no contexto em que o indivíduo está inserido. (Anna, Chandler, Jansen, & Mero, 1999; Watson & Robinson, 2003).

Jofre, *et al.* (2021), tratam o empreendedorismo, de modo geral, como o ato de fazer algo novo e diferente. Isso pode ocorrer dentro de um mercado (empreendedorismo empresarial), de uma empresa ou organização (intraempreendedorismo) ou para a sociedade (empreendedorismo social).

Abordam Colichi, Figueroa, Urrutia e Lima (2021) que as características da pessoa empreendedora como responsável por transformações no ambiente, possibilitando o progresso de novas tecnologias e processos colocados à disposição das organizações e das sociedades, ultrapassando o conceito de ser apenas investidor em um novo negócio.

Já Santos e Haubrich (2018), trazem a visão de Gem (2017) de que o empreendedorismo se associa à tecnologia e relaciona suas práticas às facilidades do mundo moderno. Acerca do empreendedorismo feminino, a materialidade discursiva sugere a vinculação do empreendedorismo às questões econômicas e financeiras, associa-se o empreendedorismo a um tipo de negócio que possibilita à mulher sua independência financeira, utilizado por muitas mulheres para o seu sustento, pode ser considerado um tipo de empreendedorismo por necessidade.

Na análise de Souza (2020), o discurso do empreendedorismo feminino, no Brasil, tornou-se lugar comum nos estudos nas primeiras décadas do século XX, no final dos anos 1990, atravessado por propostas que demandam análises mais acuradas para entender como as mulheres são estimuladas, especialmente pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para que desenvolvam atitudes de enfrentamento dos desafios atuais, principalmente no que diz respeito aos negócios.

Alerta, no entanto, o referido autor sobre o processo de exploração que produz efeitos convenientes à manutenção da ordem e da classe dominante, sobretudo o efeito de liberdade, trabalhador livre, de autonomia, trabalhador autônomo, trabalho democrático entre outros efeitos que sustentam o discurso trabalho na reprodução da ordem vigente com o empreendedorismo.

Há que se concordar que, conforme enfoque da pesquisa de Santos e Haubrich (2018), o empreendedorismo feminino é evidenciado pelas marcas discursivas de que é preciso se dedicar de corpo e alma e investir seus próprios recursos, comprometendo, inclusive, o padrão de vida e o tempo reservado à família. Isso acaba por sugerir que o empreendedorismo não é algo fácil, deixando notória a cautela na busca pela carreira empreendedora.

Alguns autores enfatizam que empresárias do sexo feminino têm maiores barreiras para o crescimento, já que vivenciam obstáculos profissionais que não são compartilhados com os homens (*Koellinger, Minniti, & Schade, 2013; Powell & Eddleston, 2008*).

Por exemplo, devem conciliar preocupações familiares com aspectos profissionais inerentes à atividade empreendedora, embora existam evidências de que, a partir dos anos 90, cresceu o número de mulheres que buscam abrir seu próprio negócio (Anna *et al.*, 1999), as barreiras enfrentadas por mulheres continuam sendo destacadas pela literatura.

Nas discursivas analisadas, Santos (2020) trata da duplicidade acerca do empreendedorismo para mulher, enquanto por um lado ocorre uma duplicação de afazeres, de outro confere autonomia a essas mulheres, na medida em que permite a descoberta e desenvolvimento de suas capacidades para a superação de problemas individuais e coletivos.

No que se refere ao empreendedorismo, que marca o momento atual da carreira da agente, destacam-se algumas características. Trata-se de um trabalho sem horário fixo e que se dá de modo intermitente em meio ao trabalho doméstico e ao do cuidado dos filhos; que não conta com jornada determinada; que é realizado no espaço doméstico; que demanda autofinanciamento não só para a compra de insumos, mas para a aquisição de conhecimento, caro à organização do negócio; e que não conta com equipe de trabalho. (Maia, 2022, p.9).

O empreendedorismo feminino ainda se vê barrado pela desigualdade de gênero que é um problema central na sociedade que, no âmbito profissional, resulta em diferenças nas oportunidades e nos salários, em discriminação nos espaços de trabalho e na sub-representação das mulheres nas posições de liderança e poder.

A situação das mulheres no mercado de trabalho vem sendo estudada como causa e consequência da desigualdade de gênero. No contexto econômico, a desigualdade de gênero se traduz em diferentes formas de desvantagem feminina, dentre as quais se destacam os salários mais baixos e menos oportunidades de ascensão profissional. Como consequência, mulheres são mais suscetíveis à pobreza e mais vulneráveis a crises financeiras. (Minasi, S. M.; Mayer, V. F.; Santos, G. E. O., 2020 & Chant, 2008, p.4)

Minasi, Mayer e Santos (2022) abordam a Agenda 2030 das Nações Unidas (2017), por exemplo, enfatizando a igualdade de gênero como uma das metas do desenvolvimento sustentável. Apesar dos muitos avanços nas últimas décadas, mulheres e homens ainda enfrentam condições significativamente desiguais em quase todos os países ponto esse que pode afetar os empreendimentos liderados por mulheres.

2.2.2 Enfoques apresentados pelos autores da base de dados do Google acadêmico

A base do *google* conta com uma gama de 47 (quarenta e sete) artigos relacionados ao tema empreendedorismo feminino, colocados em ativa todos os filtros mencionados, assim como feito com os artigos da *Scielo*, a pesquisa em questão analisa os enfoques teóricos de 9 (nove) artigos.

Tabela 2. Mapeamento de artigos da base de dados do *Google Acadêmico*

ANO	TÍTULO	AUTOR(ES)	PERIÓDICO
2018	Empreendedorismo Feminino: Desafios e conquistas no mundo dos negócios	SAIONARA B. B.; LÍBIA M. P. O.; MARIA P. V.	Revista de Empreendedorismo
2018	Empreendedorismo: reflexões e contribuições, uma revisão de literatura	CHARLES, P. V. A. C; COSTA, S.T.S; MAFRA, J.S.	Revista Gestão, Tecnologia e Ciências
2018	Liderança no feminino: uma revisão da literatura	SOBRAL, S.; RIBEIRO, C.	Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa
2021	Educação, Diversidade e o Empreendedorismo Feminino: uma revisão de literatura com base em publicações geradas nos cursos de administração no Brasil	CARVALHO, F. S.; PORTELA, V. N. N.; BLATT, N.; MORAIS, J. M.	Revista Gestão, Tecnologia e Ciências
2021	A mulher no mercado cervejeiro: uma revisão bibliográfica sobre desafios e perspectivas	ARAUJO, P. T. S. A.; GOMES, F. C. S.; GERMANO, A. L.; RODRIGUES, A. R. P.	Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo
2022	Empreendedorismo: uma revisão da literatura e a emergência de abordagens teóricas consoantes com o estudo de realidades específicas	BARRETO, L.; MESSEDER, S.; GIL, J.	Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas
2022	Liderança feminina sob a ótica do mercado de trabalho em época de pandemia: uma revisão literária	PUPIM, K. C. F.; LOURENÇO, M. V. O.	Revista de Gestão e Estratégia.
2022	Revisão sistemática sobre empreendedorismo e empoderamento feminino na base de dados da Web of Science	KAI, F. O.; QUEIROZ, A.R.A.	Revista Gestão e Empreendedorismo
	Empreendedorismo feminino e agricultura: uma revisão sistemática da	RODRIGUES, C. de O.; LOPES, M. L. B.; SANTOS, M. A. S.	Revista Pesquisa, Sociedade e

2022	literatura	dos.	Desenvolvimento
------	------------	------	-----------------

Fonte: Elaboração da Autora/2023

Com relação à conceituação do empreendedorismo, Saionara, *et al.* (2018) trazem a figura do empreendedor como o indivíduo que está à frente do seu tempo, concomitante ao posicionamento de Oliveira (2021), pontuam como aqueles que possuem visão de futuro, reveem mudanças e enxergam oportunidades nos acontecimentos, controlam suas ações com base no planejamento futuro, o significado de empreendedorismo não se limita ao presente.

Charles, *et al* (2018) abordam o tema das características dos empreendedores que consistem em atitudes visionárias de indivíduos que sabem aproveitar ao máximo as oportunidades, que demonstram otimismo. São indivíduos proativos que fazem a diferença, por serem decididos, organizados, determinados, dedicados, comunicativos e por agirem de maneira independente, são líderes e formadores de equipes e normalmente mantém bons relacionamentos.

Ao colocarem em pauta a posição da figura feminina na sociedade, Sobras e Ribeiro (2018) concomitante ao pensamento de Andrade, (2013) e Mestre, (2004) apontam que a atuação começou a caminhar no espaço laboral no sentido da sua emancipação econômica e social, contudo, a sua participação estava estritamente direcionada a funções menos qualificadas, ao serem recrutadas para a indústria têxtil. Estas funções eram caracterizadas pela exploração humana, onde eram longos os horários de trabalho e a diferença salarial era mais que evidente, tendo sido o mote para a contestação e legitimação da igualdade de direitos.

Alertam Carvalho *et al.* (2021), para um dos enfoques importantes, ou seja, ao comportamento feminino capaz de se desdobrar em multitarefas, elas cuidam do lar, do marido, dos filhos e do trabalho fora, pois possuem uma ótima capacidade de persuasão e se preocupam em atender bem as pessoas e instituições que se relacionam com as organizações onde atuam, pensamento compartilhado por Vilas Boas (2010).

Araujo *et al.* (2021), apontam que no Brasil, é percebido o processo de inovação com personagens femininos à frente de seus negócios, trazendo uma renovação à cultura organizacional, pela posição contrária à supressão das mulheres no planejamento sucessório de negócios familiares

A pesquisa dos autores ainda aborda a visão que Gomes *et al* (2011) buscaram entender sobre as motivações que levam ao empreendedorismo feminino. Identificaram, por exemplo, a realização pessoal, a percepção de uma oportunidade de mercado, a dificuldade de ascensão na carreira profissional, a necessidade de sobrevivência e por último a possibilidade de conciliar trabalho e família.

Rodrigues, Lopes e Santos (2022) conceituam o empreendedorismo feminino como uma atividade relativamente nova, considerando a superação dos papéis de gênero ainda predominantes no país e no mundo. O empreendedorismo feminino se mostra, então, como uma importante iniciativa para as mulheres. Gomes (2014) fundamenta que isso acaba permitindo que elas possam desenvolver seus potenciais, contando com a superação de preconceitos de gênero, a flexibilidade de horários, além da geração de renda e oportunidades para outras pessoas

Saionara, Líbia e Maria (2018) abordam e desconstruem o relatório do SEBRAE (2015) demonstrando que a tendência do aumento da participação da mulher no empreendedorismo como dona do próprio negócio é compatível com a de expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho, que está diretamente ligada ao menor número de filhos que estão tendo, à redução do tamanho da família, ao crescimento do número de casais sem filhos, famílias unipessoais, a urbanização e a maior escolaridade.

2.2.3 Nuvens de palavras advindas das palavras-chave

Com relação aos artigos selecionados, além de se fazer a abordagem teórica de todos os autores e conceitos utilizados nas pesquisas em questão tem-se como recurso para análise das palavras-chaves de cada base de dados. A formação de nuvens de palavras (NP) que segundo Surveygizmo (2021) são imagens usualmente apresentadas como ilustração à leitura do senso comum, o tamanho de cada palavra indica sua frequência, admitida como proxy da relevância de determinada temática na totalidade de hipertextos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: pontuações necessárias

Primordialmente, para o desenvolvimento da dissertação a ser defendida é necessário estabelecer, antes de se adentrar em uma discussão mais específica e ampla sobre a implementação de políticas públicas ligadas ao empreendedorismo das mulheres murtinhenses, a fixação conceitual e histórica das políticas públicas e seus desdobramentos.

3.1 Contexto histórico das lutas femininas

A sociedade estabelece hierarquicamente papéis sociais para o homem e para a mulher, nos quais, não raramente, encontra-se o homem desempenhando papéis privilegiados. O que a sociedade espera do homem e da mulher, conforme o abordado por Xavier e Souza (2014), é o que se chama de papel sexual. Denota-se que papel sexual é o modo como às pessoas do mesmo sexo se comportam visto que a sociedade e a cultura de cada povo determinam como homens e mulheres vão desempenhar esses papéis, e quem não segue este padrão.

Ao longo do processo histórico a presença feminina buscou ampliar os seus direitos, isto é, ocupando espaços, mobilizando e organizando movimentos populares dentro de suas possibilidades. Em meados dos anos de 1970 e 1980, os movimentos feministas trouxeram novas concepções, haja vista a biologização dos sexos, percebe-se neste contexto a construção de um campo de estudo que iria contemplar uma justificativa para as desigualdades entre homens e mulheres, construindo um novo campo de estudo: o gênero (Louro, 1996).

Posicionada a questão de gênero, é fundamental destacar que a formação social brasileira é marcada por 300 anos de escravidão no Brasil, e as marcas são: açoites, violência, estupro. São parte do nosso passado e sustentam o racismo estrutural atualmente. “A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2019, p. 15).

A escravidão determinou a existência das mulheres negras no imaginário social até os dias atuais, através do processo de desumanização dos corpos negros femininos, por serem tratadas como força de trabalho precarizada, trabalhadoras em tempo integral, brutalmente violentadas e exploradas sexualmente.

O feminismo como agente transformador e capaz de produzir mudanças sociais e culturais é fundamental em nosso país. Em sua trajetória brasileira, apresenta após a redemocratização a necessidade de se organizar ainda mais em coletivos, partidos e espaços institucionais. Ainda que isso gere algumas contradições internas, foram nesses espaços que políticas sociais foram consolidadas. Mesmo assim, não é possível participar de partidos, eleger mulheres feministas para cargos eletivos sem o feminismo estar concatenado com a luta das ruas e das mulheres reais que vivem em cada bairro, em cada periferia das nossas cidades.

A inclusão da perspectiva de gênero nas ações do Poder Executivo e nas demais esferas públicas demonstra o protagonismo das mulheres para contribuir na construção de um projeto de uma sociedade mais justa (Pinto, 2010; Valadares, 2007; Hooks, 2018; Ribeiro, 2018; Tiburi, 2018; Hollanda, 2020).

3.2 Conceito de Políticas Públicas para as mulheres

A Política Pública enquanto área de conhecimento acadêmica, ligada a subárea da Ciência Política e logo após alocada como uma disciplina multidisciplinar, teve suas origens, durante a primeira metade do século XX, nos Estados Unidos da América - EUA.

A abordagem estatista, tratada por Dye (1884), concentrou seus esforços analíticos nos atores estatais. Ou seja, estes possuem o controle exclusivo na execução das ações referentes às políticas públicas, tal característica é atribuída ao ator que protagoniza a ação, logo, apenas o ator estatal é apto a executar as políticas públicas.

Em 1936, Harold Dwight Lasswell apresentou, pela primeira vez, a expressão análise de Política Pública (*Policy Analysis*). Dentro do seu estudo o autor quis estabelecer a ligação entre a produção de ações governamentais no conhecimento científico e acadêmico.

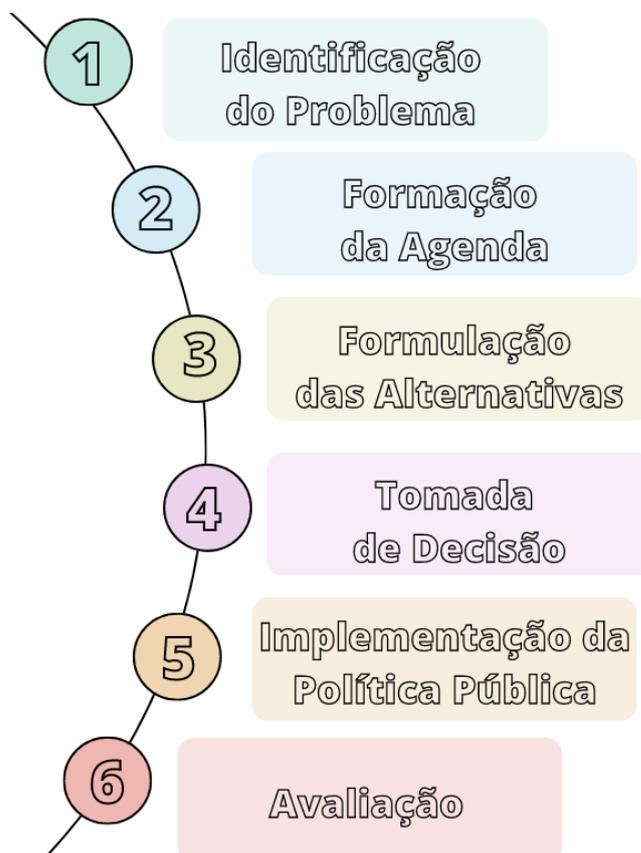
Ainda na década de 1950, Charles Lindblom (1959) engenhou fortes críticas aos trabalhos de seus antecessores, Lasswell e Simon, por acreditar que ao enfatizar o racionalismo das ações de políticas públicas se deixava de observar outros atores e instituições que estariam envolvidos na formulação e na tomada de decisão. Na visão de Lindblom, a política pública não vem só, mas sim acompanhada de fatores, questões e grupos que carecem de observação para um futuro estudo.

Herbert Simon (1957) trouxe para o debate o conceito *Policy Makers*, compreendido como a criação de um meio racional de estruturas para satisfazer as necessidades particulares dos tomadores de decisão. Mediante isso se tornaria necessária a criação de um arcabouço teórico prático tendo como finalidade dar suporte às ações que deveriam ser racionais, embasadas em um conjunto de informações a respeito do assunto a ser fruto da ação política.

David Easton (1953), descreveu que todo resultado advindo das políticas públicas passa por um processo de influência direta de grupos de interesse; com isso ele abordou a política pública como um sistema com diversas interfaces. Easton, expôs as políticas públicas como a transformação dos *inputs* em *outputs*. Ou seja, apoios ou demandas transformadas em ações práticas ou mesmo decisões tomadas.

Charles Lindblon (1959) brinda o entendimento da Política Pública fazendo sua organização como um ciclo, chamado de Ciclo da Política Pública (*Policy Cycle*), sendo a forma mais eficaz de se visualizar e interpretar todas as fases e sequências passadas pela política pública de maneira organizada e interdependente, sendo assim, o ciclo foi dividido em 06 fases.

Figura 3. Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: Elaboração da Autora/2023

A primeira fase do ciclo se perfaz na identificação do problema é o momento de percepção do caminho entre a realidade existente e o que se pretende para o futuro de dada situação problemática, há que se falar em uma discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal.

Charles Lindblom (1959) reitera que as soluções se ajustam aos problemas, assim como, por vezes os problemas irão se adequar às soluções apresentadas, a presença de tantos tipos de interesses pode fazer com que a tomada de decisão seja interrompida na condução de uma ação.

O referido autor fez uma proposta para os tomadores de decisão que busca um ajuste entre as forças existentes tendo como intenção maximizar as oportunidades da política, saindo do campo técnico que por vezes acabam parado por questões políticas. Os pontos primordiais da proposta são ligados a definição do problema e suas possíveis soluções por meio de formular decisões e ajustes a compor as ações presentes e por fim são representados por soluções que nem sempre serão a melhor opção, mas se tratam da politicamente possível naquele dado momento.

Diante de tantos estudos e descobertas em relação às políticas públicas vê-se que não existe apenas uma definição para a interpretação de seu conceito, uma vez que ao longo das décadas tal definição foi sendo ressignificada.

Thomas Dye (1984) instituiu uma definição que é majoritariamente citada como aceitável quanto ao que seria uma política pública, para ele se tratava de como o governo escolhe fazer ou não fazer. Para o autor, a referida definição se fundamenta no artigo de Bachrachib & Barataz (1962), publicado na American Science Review, intitulado de Two Faces of Power. O estudo demonstrou que a escolha e posição do governo de “não fazer nada” mediante um determinado problema, pode ser interpretado como uma maneira de produzir políticas públicas.

Importante ressaltar que toda e qualquer decisão dos gestores públicos para definir uma política pública tem o poder de realizar uma transformação na realidade local. O desenvolvimento da política pública precisa estar integrado com a forma de avaliação e com o

problema a ser resolvido, vale ressaltar que tal problema, geralmente, se perfez como objeto de debate com a sociedade e especialistas.

A divisão de conceitos em busca do que seria o estudo de uma política pública encontra os primeiros entraves ao se tratar da definição de abordagem escolhida. Ao se tratar do protagonismo dos atores para parametrizar o estabelecimento da política pública, são apontadas duas abordagens: a estatista e a multicêntrica.

Uma das importantes contribuições trazidas por Theodore J. Lowi (1972) foi demonstrar há necessidade de reconhecer o tipo de política pública que está em curso, trazendo a divisão das mesmas em regulatória, distributiva, redistributiva e constitutiva.

Após notório os problemas, se inicia a fase da agenda que para John W. Kingdon (2003), trata-se de um conjunto de assuntos sobre os quais o governo e pessoas com ligação direta a ele concentraram sua atenção em um dado momento. Leonardo Secchi (2009), complementa tal conceito ditando que tais assuntos representam problemas que em um determinado momento são colocados ou tidos como importantes.

A agenda pode ser subdividida em 03 moldes, as quais são: agenda formal (também nomeada de institucional e que elencará problemas que o governo em questão decidiu enfrentar), agenda política (aborda os problemas que são considerados relevantes para a comunidade) e agenda da mídia (trata da agenda dos meios de comunicação que acaba por influências os outros dois moldes de agenda).

Roger Cobb e Charles Elder (1983) em *Participation in American politics: the dynamics of agenda-building* apresentam 03 condições relevantes para que um problema entre na agenda política. A primeira condição trata de se chamar a atenção dos grupos que irão produzir a intervenção, uma vez que, a situação precisa ser vista como um problema a ser solucionado. Em segundo momento necessita-se demonstrar ser admissível a propositura de uma ação intervencionista para modificar o atual. E, por fim, o problema tem que ser reconhecido e apresentado como de competência dos entes governamentais afim de que se possa constituir de fato em uma política pública.

Depois de formada a agenda, se inicia o momento de formulação das alternativas, como o próprio nome já diz, é o momento em que se procura e formula as alternativas para se estabelecer o que será abordado ou contemplado dentro de um problema. O

mecanismo de comportamento para adoção ou mesmo de introdução das maneiras de se fazer políticas públicas podem ser entendidas nas formas de poder.

Norberto Bobbio (2002) aborda os tipos de poder e os elenca em 3 formas: o poder político como sendo aquele que pode ser exercido por um homem sobre outros, neste caso governantes e governados; o poder econômico descrito como aquele em ação decorrente pela posse de certos bens e o poder ideológico relacionado com ideias formuladas e postas em prática, sobretudo pelo poder dominante.

Já a abordagem multicêntrica, muito desenvolvida e disseminada com o decorrer dos anos e estudos fez um trabalho com o incondicionalismo de atores. Conforme Leonardo Secchi (2009), a definição para que uma ação tenha o caráter de política pública independe de quem executa, podendo, assim, ser exercido por uma organização não-governamental (privadas ou não), organismos multilaterais, entre outros; basta que a ação seja um problema público para ter caráter de política pública.

Tal abordagem é utilizada em larga escala por uma variedade de autores por atribuir caráter público às ações; generalizando a forma de envolvimento ao se enfrentar as questões pertinentes à sociedade.

Passando por todo o histórico conceitual das políticas públicas é possível perceber que as mesmas são uma parte fundamental para o funcionamento e desenvolvimento da sociedade como um todo, uma vez que elas influenciam a maneira como os recursos e investimentos são alocados, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida da população. O objetivo de tais iniciativas acaba por afetar diretamente a vida das pessoas e a rotina das organizações envolvidas.

As políticas públicas possuem o papel de realçar as ações desenvolvidas pelo governo para garantir direitos à população em diversas áreas, como saúde, educação e lazer, tendo como foco promover a qualidade de vida e gerar bem-estar aos brasileiros. Cabe mencionar que tal tipo de ação carrega a palavra “pública” no nome, mas pode ser destinada a entes privados, desde que a medida seja de interesse público.

Além de atender ao interesse público, essas políticas também dispõem da função de assegurar os direitos previstos na Constituição Federal, podendo ainda, garantir outros

direitos que passam a ser identificados ao passar do tempo como uma necessidade da sociedade.

Consoante a visão de Agum *et al.* (2015), é possível perceber, então, que a elaboração de políticas públicas se converterá em projetos, planos e programas, acompanhados da necessidade de análise constante, visto que, a representação e a efetivação das políticas públicas sofrem constantes alterações que devem ser adequadas às compreensões científicas e sociais. Os problemas públicos para se transmutarem em políticas públicas precisam estar na balança de equilíbrio entre o que é tecnicamente eficiente e o que é politicamente viável.

As políticas públicas que possuem como função regular o Estado por meio de regras de comportamento e acabam por contribuir para a organização dos processos burocráticos são consideradas regulatórias. Tal política é mais abrangente, uma vez que estabelece padrões para atores privados e públicos, sendo assim, ela se desenvolve na grande maioria em um ambiente pluralista e para sua aprovação se faz por necessária uma demonstração de força entre os atores envolvidos.

Na mesma divisão, tem-se as políticas públicas distributivas que são destinadas a um fragmento singular da população, implantadas para atenderas insuficiências existentes e sofridas para um determinado grupo social ou de uma situação em particular. O benefício resultante da aplicação da política é específico e concentrado, mas o seu custo é disseminado na sociedade.

O tipo de política pública voltada para um grupo específico em que o objetivo é fazer a redistribuição de bens, recursos e serviços, logra a denominação de redistributiva. Neste caso, chama-se a atenção por ocorrer a exposição das posições antagônicas, ou seja, “ganhadores” e “perdedores” da prática da política pública, uma vez que enquanto um grupo recebe os benefícios outros custeará pelos mesmos.

E por fim, a divisão traz as políticas públicas constitutivas que são reconhecidas como aquelas que trazem as normas e requisitos para regulamentar a criação das políticas. É por meio delas que são determinadas quem, como e quando as ações destinadas ao interesse público podem acontecer, além de estabelecer regras, também, estipula princípios.

Na fase de tomada de decisão acredita-se que a implementação de uma política pública passou pelo equilíbrio entre as forças existentes no período anterior à tomada de decisão.

Após os trâmites de identificação e formulação se dá o momento de implementação da política pública, momento em que todos os planejamentos são colocados em prática, há que mencionar que é nessa fase que se dão por frustrados a gestão das políticas. Flávio da Cunha Rezende (2002) fez a divisão de falhas nessa fase em dois grupos, sendo eles: falhas de implementação e falhas de formulação.

Paul Sabatier (1986) trabalha com dois modelos de implementação de políticas públicas, o *top-down*, primeiro modelo, traduzido em “de cima para baixo” especifica que as decisões ocorrem dos políticos para administração. O segundo modelo, *bottom-up*, correlato em “debaixo para cima”, abarca que a implementação da política parte de pactuações entre burocratas e outros atores no intuito de uma organização compartilhada.

E por fim, um dos momentos mais críticos do ciclo de políticas públicas, a avaliação. É neste momento que o avaliador com base em medidas valorativas indicará se a política implementada está funcionando bem ou não, essa avaliação levará à continuação, reestruturação ou mesmo extinção da política. Paul Sabatier e Jenkins-Smith (1993) sugerem que uma política pública depende de um tempo de maturação e avaliação constante por um período de, aproximadamente, 10 anos.

Carlos Aurélio de Faria (2005) em “A política da Avaliação de Políticas Públicas”, alerta sobre a necessidade de não haver uma parada nas avaliações, mas sim se atentar, prontamente e continuamente, aos questionamentos corriqueiros. O mesmo, ainda, faz a defesa da avaliação usada para superação do debate simplista utilizado por alguns atores.

O planejamento, criação e execução das políticas públicas é um trabalho uniforme e em conjunto dos três poderes que formam o estado democrático de direito brasileiro: Legislativo, Executivo e Judiciário. Os dois primeiros são os responsáveis por fazer as propostas e opções das políticas públicas que possam vir a ser executadas, enquanto o terceiro fará a parte de fiscalização da mesma.

Ao se criada uma lei pelo Legislativo referente à implementação de uma política pública, o poder Executivo responde pelo planejamento e aplicação da mesma, e por fim o Judiciário analisará toda a sua adequação ao problema pública e objetividade.

Diante de todos os campos e viés de necessidade que as políticas públicas podem abordar a demanda por um olhar reflexivo e compreensível para com as mulheres tomou força a partir do século XVIII na França e Estados Unidos, com o crescimento exponencial de lutas das mulheres como meio de combater as desigualdades e explorações baseadas no sexo, vislumbrando uma emancipação política.

Dessarte, a história deste movimento é marcada especificamente pela sua singularidade e sua diversidade de tendências: conservadorismo, liberalismo, marxismo, feminismo radical e feminismo socialista (Saffioti, 1987), sendo caracterizado por três momentos: movimento sufragista no século XIX, liberação sexual nos anos 1960 e no ano de 1970 a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e centros de estudos na academia sobre mulher, gênero e feminismo.

No Brasil, o feminismo teve maior expressão a partir de 1970, década que ocorreu a criação de organizações sindicais com o enfoque de defesa às duas bandeiras: a incorporação das mulheres no mundo do trabalho e a liberdade política no país, dentro desse mesmo período consolidou-se a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas.

De acordo com Esmeraldo (2002), foi a partir da realização dos Congressos da Mulher que se observou a visibilidade dos Movimentos Feminista e de Mulheres no país. No estado de São Paulo, o 1º Congresso aconteceu em 1979 e o 2º em 1980, este reunindo cerca de 4 mil mulheres, com 52 entidades participantes, sendo 9 feministas declaradas.

Nesses congressos, dentre todas as pautas ao longo das discussões uns dos debates mais acirrados ocorreu em torno do que é ou não “ser feminista” e sobre as posições divergentes entre as mulheres denominadas “políticas” (representativas dos partidos de esquerda, mas aglutinadas no PMDB da época) e as mulheres autodenominadas “feministas”. O debate não se findou e resultou na realização de dois eventos separados para comemorar o Dia Internacional da Mulher - 8 de março, em 1981.

Na forma de Projeto de Lei aprovado no Congresso Nacional, foi criado o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), através da Lei nº 2 7.353, assinado em 29 de agosto de 1985. A primeira direção do Conselho tomou posse em 11 de setembro de 1985, sob a presidência de Ruth Escobar, com uma composição diversa de partidos e de movimentos de mulheres.

O Conselho foi criado com autonomia administrativa e financeira, vinculado ao Ministério da Justiça, com status de "Ministério", atuando de forma imediata em três linhas: Creches, Violência e Constituinte. Ainda, fez a elaboração de projetos para intervir nas áreas da saúde, do trabalho, da educação e da cultura. Vale ressaltar que o Conselho teve papel importante no processo de democratização do país, garantindo que reivindicações do movimento de mulheres fosse incluída na Constituição de 1988, conforme destaca Esmeraldo:

Nos primeiros anos, a repercussão da atuação do CNDM no país é visível. Utiliza-se amplamente dos meios de comunicação e realiza grandes campanhas, com o apoio dos conselhos estaduais já instalados. Interfere com pareceres técnicos em anteprojetos do governo ligados ao trabalho feminino e à saúde da mulher. Elabora propostas de políticas públicas ligadas à violência, à educação, ao trabalho, à saúde para os ministérios respectivos. [...] No plano nacional, a visibilidade do CNDM materializa-se quando assume a coordenação da campanha Mulher e Constituinte, com o lema Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher, lançada em novembro de 1985. O CNDM consegue aglutinar as parlamentares constituintes, os movimentos de mulheres e a sociedade em geral para participar da campanha. O chamado lobby do batom, grupo composto por lideranças de mulheres, é uma iniciativa dos movimentos de mulheres e feministas que se articula ao CNDM para acompanhar os trabalhos dos constituintes na elaboração e votação de Emendas Constitucionais. A votação do texto constitucional é acompanhada pelos grupos de mulheres e o CNDM. Observa-se que a Carta Magna aprovada em 1988 incorpora a maioria das reivindicações das mulheres. (Esmeraldo, 2002, p. 246)

Aborda, no entanto, Pontes *et al.* (2017) que no final da década de 90, ocorreram mudanças substanciais no Conselho Nacional que acabaram por comprometer significativamente a autonomia e o orçamento do CNDM. Como reação a tal situação a presidenta da época, Jacqueline Pitanguy, apresentou sua renúncia sendo acompanhada pela renúncia de todas as conselheiras representantes da sociedade civil.

Mediante isso, as presidentas de Conselhos Estaduais criaram um Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos da Condição Feminina e Direitos da Mulher, em 1989. Após o ocorrido sob a presidência de Rosiska Darcy de Oliveira, o Conselho se reestruturou para atender demandas governamentais e apoiar projetos de interesse do governo.

No âmbito de diretrizes norteadoras para políticas públicas para as mulheres é importante destacar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que tinha como principal foco ser adotado pelos governos: federal, estaduais e municipais, bem como pelos movimentos sociais, como um instrumento de trabalho.

Dessa forma, no executivo federal, as políticas públicas passam a ser orientadas pelo PNPM, desdobradas pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres – estaduais e municipais (Brasil, 2004).

Os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres são reafirmados no Plano Nacional de Políticas para as mulheres, quais sejam, a autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida, a busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos, o respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação, o caráter laico do Estado, a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado, a participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas e a transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

A busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história social brasileira, que fora construída em diversos espaços e lugares contando a participação de várias mulheres. A transversalidade das políticas de gênero caracteriza uma nova estratégia para o desenvolvimento democrático como um processo estruturado em função da inclusão social e política das diferenças tanto no âmbito privado quanto no público; tornando-se, também, necessária nos espaços de relação de poder e de construção da cidadania.

Uma vez que a transversalidade se perfaz de maneira horizontal, ou seja, entre ministérios, e vertical, respondendo pelos níveis estaduais, distritais e municipais formando parcerias com os mesmos. Por meio da gestão da transversalidade é possível reorganizar as políticas como uma forma de incorporar a perspectiva de gênero, fazendo com que a ação do Estado seja a base da política para as mulheres.

O PNPM é resultado das conferências nacionais de políticas para as mulheres, realizadas desde 2004, que contava com a participação de mulheres de todos os estados do País, representando as demandas dos três níveis do Poder Executivo (municipal, estadual e federal).

O plano está na sua terceira versão, publicada no ano de 2015, contemplado por 10 capítulos acerca de temas relevantes e necessários para as mulheres que servem como diretrizes para nortear as atividades dos órgãos estaduais e municipais, a primeira se originou da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, no ano de 2004, e a segunda tirada foi resultado da mesma conferência no ano de 2007.

Figura 4. Capítulos do Plano Nacional de Políticas Públicas



Fonte: Elaboração da Autora/2023

A relevância de tais capítulos ganha força à medida que a luta feminina segue cada dia mais forte e reativa, na pesquisa em questão, 03 capítulos são de extrema importância a serem implementados e seguidos. O primeiro capítulo trata da igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, o desenvolvimento histórico deixou inúmeras marcas que comprovaram as desigualdades sofrida pelas mulheres, especialmente, ao se tratar do mercado de trabalho, quantas ocupavam cargos idênticos a homens e recebiam salários inferiores, são marcas na linha temporal que não apagadas devem ser transformadas e usadas como forma de inspiração para melhoria do futuro.

A autonomia econômica feminina ganhou destaque quando o empreendedorismo, que será abordado em breve, foi visto e reconhecido como uma profissão possível e alcançável para quem se pusesse à disposição de aprender. A mulher, então, encontra uma alternativa para além do mercado tradicional de trabalho e uma opção para não se refém de uma submissão de seus parceiros ou de sua própria história, uma vez que muitas se veem com seus futuros já “prontos” devido à realidade que vivem.

Durante muitas décadas foram raros os momentos e movimentos liderados por mulheres à frente do mercado de trabalho e empreendedorismo, os lugares de poder eram intrinsecamente lançados às mãos de homens. Com tanto desenvolvimento tecnológico se tornou além de possível, corriqueiro, ver mulheres tomando à frente de seus negócios, se comunicando, se colocando em lugar de poder e reverberando cada vez mais o avanço e a demonstração de que a mulher pode estar aonde ela quiser, tais posicionamentos são elencados no capítulo 5 (Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão) e no capítulo 8 (Cultura, esporte, comunicação e mídia).

O PNPM além de ser o norteador do âmbito nacional objetiva a necessidade de as esferas estaduais e municipais trabalharem dentro desses capítulos se enquadrando a sua realidade e vivência. Com isso, os estados precisam colocar em prática políticas públicas que irão englobar os princípios do plano, além de gerar dentro de seu âmbito um plano completo e atual à realidade enfrentada pela população feminina do estado.

3.3 Políticas Públicas para mulher: Mato Grosso do Sul

Perdurado todo o caminho das políticas públicas nacionais em prol das mulheres, se estabeleceu a correlação e obrigatoriedade dos estados em colocá-las em práticas. O governo estadual tem que atuar com todos os princípios estabelecidos em esfera nacional e com os capítulos impostos pelo plano nacional de políticas públicas.

O estado de Mato Grosso do Sul nesse sentido, tem uma trajetória histórica de movimentos sociais e feministas que percorreram caminhos árduos em busca de reflexões, mudanças e lutas por direitos das mulheres. Na década de 80 quando as principais movimentações nacionais ocorriam, o estado, também, era marcado pelo surgimento dos primeiros movimentos.

As condutas anônimas crescentes começaram a impactar e provocar transmutações nas relações sociais e na mentalidade da população na vida cotidiana, são essas ações que acabavam por preparar o terreno para a percepção da emergência dos movimentos sociais das mulheres no Estado, contando com o agregado de mulheres que destoavam das normas habituais para o comportamento feminino nas décadas passadas.

Prieto (1995) alega que a correlação entre a causalidade e as multi-causalidades são questões a serem consideradas para as análises dos fatos históricos, uma vez que não são produzidas por uma única causa, mas sim por uma variável de elementos dentro do

processo complexo de inter-relação, em questão o processo de lutas feministas no Estado. Nessa perspectiva, necessitasse pensar para além da influência de determinado aspecto sobre outro, mas adentrar na direção de uma correlação que inclui a globalidade, a coerência e as relações mútuas entre os fenômenos.

A história, numa sociedade patriarcal, durante muito tempo optou por sempre priorizar os personagens masculinos, sendo eles participantes de governos ou guerras, conforme aponta Pedroso (2005). As mulheres só eram incluídas quando eventualmente ocupavam o trono, o que envolvia a ausência do filho varão, ou em situações que denotavam envolvimento sexual com governantes numa clara insinuação de que muitas decisões ocorriam no leite dos amantes (Pedroso, 2007).

A jornalista Leyde Pedroso (2007), em seu trabalho “A saga feminista”, trata que a história da luta das atividades sul-mato-grossenses tem sido enriquecida pela historiografia do Estado, destacando que inúmeras histórias de mulheres ainda precisarão ser contadas para que os estudos com abordagem nas mulheres transponham as disciplinas e publicações específicas sobre as relações de gênero.

O pensamento de Scott (1991) é utilizado na fundamentação teórica da escrita de Lyde, uma vez que, ele aborda a necessidade da participação das mulheres em pesquisas sobre os mais variados aspectos da vida social, já que as mulheres fazem parte do contexto da sociedade e carecem de reconhecimento histórico.

Ainda em “A saga Feminista”, a escritora tece uma narrativa dos movimentos de mulheres e feministas no Mato Grosso do Sul, fazendo a reconstrução desse percurso por meio das fontes documentais e entrevistas com líderes pioneiras no estado que desenvolviam ações no âmbito estadual, nacional e internacional, colocando em evidência as lutas mais expressivas das sul-mato-grossenses e a relevância de seus atos para a sociedade em geral em prol do desenvolvimento em todas as suas vertentes.

O estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977, a partir da divisão do antigo Mato Grosso, emerge nos movimentos de mulheres e feministas num período de intensa efervescência das lutas contra a ditadura e pela redemocratização do país. Os agrupamentos pioneiros de mulheres se formaram em torno dos partidos políticos, sindicatos e dos movimentos revolucionários e estudantis, ganhando apoio, também, da influência da igreja católica, por meio das Pastorais Sociais e das Comunidades Eclesiais de Base.

A emancipação da mulher, o controle sobre a sua própria vida, corpo, sexualidade e reprodução, gritavam por movimentos baseados nesses ideais e com força para resistir às adversidades encontradas em todo o processo de quebra de paradigmas que estava prestes a ocorrer no estado, assim como vinha ocorrendo no mundo.

Dentro desse contexto, foi incorporado pela Lei nº 702, de 12 de março de 1987 ao Decreto-Lei nº 11, de 1º de janeiro de 1979, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/MS), órgão colegiado de deliberação coletiva, composto de forma paritária entre governo e sociedade com a finalidade de propor e fiscalizar as políticas para as mulheres, assegurando o exercício pleno dos direitos das mesmas, baseado no desenvolvimento econômico, social, político e cultural dando suporte aos movimentos da época.

O Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Grupo Guavira, o Movimento Popular das Mulheres de Mato Grosso do Sul (MPMM/MS) e o Serviço de Informação à Mulher (SIM), juntamente com a gradativa organização de mulheres em torno dos sindicatos e partidos políticos, que gradativamente foram despontando, compunham os agrupamentos mais atuantes desse primeiro momento (Nicodemos, 2007).

Muitos foram os impasses sofridos por esses grupos até a segura inserção e reconhecimento, não só na população, mas na esfera política do Estado. Com os avanços conquistados a procuração com o devido papel da mulher na sociedade se tornou pauta e bandeira de muitas vozes importantes em Mato Grosso do Sul, importância essa mais do que digna, afinal, está em pauta um estado predominantemente feminino.

A estimativa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é de que no ano de 2022, a população estadual feminina estava em 50,4%, ou seja, aproximadamente 1.446.398 mulheres, tamanha expressividade qualitativa pede ações específicas e cada vez mais atualizadas aos problemas sofridos por tal parcela da população.

O Mato Grosso do Sul é um estado pioneiro na defesa dos direitos das mulheres, o primeiro organismo de políticas para mulheres foi criado em janeiro de 1999, intitulado, “Coordenadoria Especial de Políticas para mulheres”, fomentado pela Lei Estadual nº 4.928. Já em abril de 2003 foi transformado em “Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial, baseada na Lei Estadual nº 4.331, atualmente, desde 2015, existe como “Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres”.

Na contemporaneidade, a subsecretaria é vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, a SSPM/MS, que tem sua atuação pautada na igualdade de gênero e na efetivação do enfrentamento à violência, a lei nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, reorganizou a estrutura básica do Poder Executivo impondo novas competências para a Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres:

I – a elaboração, coordenação e a execução de políticas públicas para mulheres, visando à eliminação de toda e de qualquer discriminação de gênero, promovendo a visibilidade, a valorização, o desenvolvimento econômico e social das mulheres, consideradas em todas as suas especificidades;

II – a articulação e parcerias com diferentes órgãos das três esferas de Governo, com entidades da sociedade civil e empresas privadas, com o objetivo de assegurar a transversalidade das ações governamentais, o fortalecimento das organizações de mulheres e a implementação das políticas públicas para as mulheres em âmbito estadual;

III – a elaboração de ações, de projetos e de programas, em articulação e em cooperação com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, facilitando e apoiando a inclusão do conceito e da prática do enfoque de gênero nas políticas públicas estaduais;

IV – o acolhimento e o atendimento psicossocial às mulheres em situação de violência.

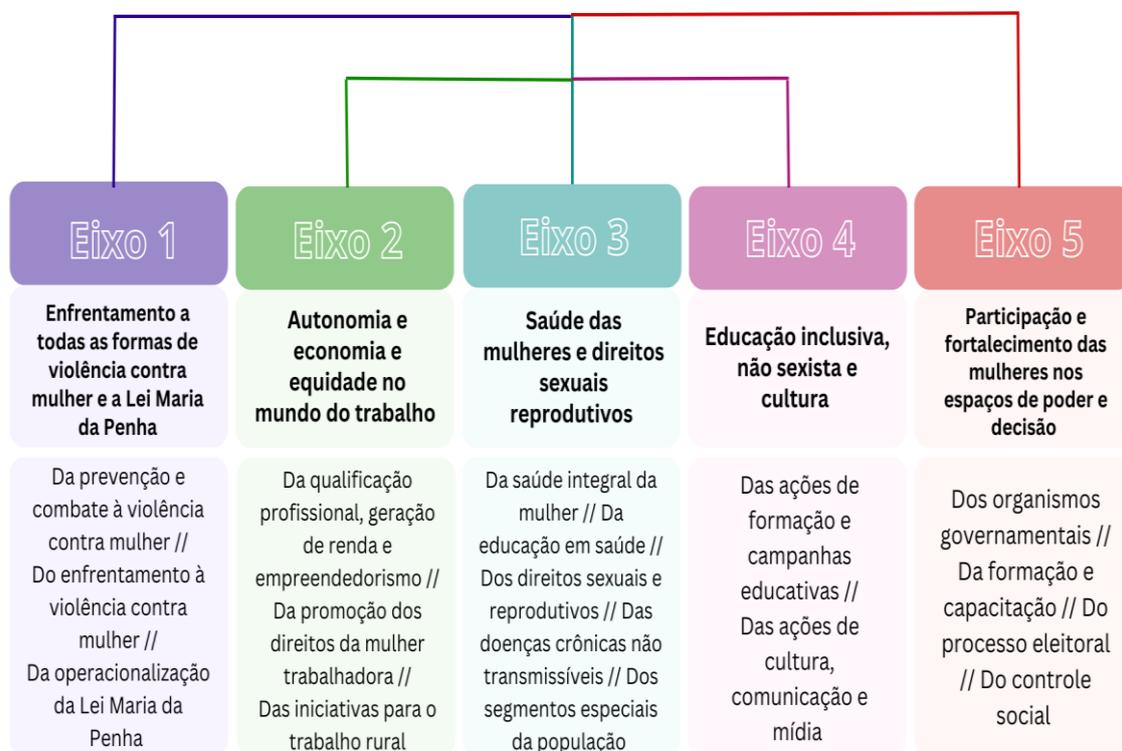
Com o intuito de definir as prioridades estaduais e fazer valer os preceitos orientadores do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, o estado de Mato Grosso do Sul, cria em março de 2009 a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional, sendo responsável por elaborar um projeto integral básico para o estado e, ainda, executar e monitorar todas as ações que viessem a ser planeadas.

Ainda no ano de 2009, o estado inicia o processo de elaboração do I Plano Estadual de Políticas Públicas para as mulheres, contando com a participação de vários segmentos da sociedade, dos organismos governamentais de políticas para as mulheres, bem como o envolvimento de outras esferas do governo do estado como saúde, educação, trabalho, assistência social, entre outros.

O Plano Estadual de Políticas Públicas foi dividido em 5 eixos temáticos com subtemas específicos para cada enfoque necessário dentro da sociedade, a divisão faz com que se tenha um olhar crítico mais eficaz e um debate sólido acerca da realidade feminina

dentro do estado, dessa forma, se torna mais prática a busca por resoluções, avanços e melhorias.

Figura 5. Plano Estadual de Políticas Públicas: Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaboração da autora/2023

Objetivando o grande viés da pesquisa em questão há que se destacar os dois eixos que mais representam tudo que será abordado ao longo dos capítulos. A autonomia e economia e equidade no mundo do trabalho com inclusão social (eixo 2), tem relação direta com a necessidade de aperfeiçoamento para o mercado de trabalho por meio da promoção da qualificação e desenvolvimento dos aspectos empreendedores para o mercado de trabalho feminino.

Em comum acordo, a participação e fortalecimento das mulheres nos espaços de poder e decisão (eixo 5), abre margem para ocupação de cargos, públicos e privados, que antes eram destinados a homens, às mulheres líderes e empreendedoras que assumem a responsabilidade por suas empresas em uma sociedade renovada economicamente.

Após a implementação do Plano Estadual, o Conselho Estadual de Direitos da Mulher (CEDM-MS) passou por uma reorganização interna, no ano de 2019, sendo então composto por 32 integrantes, 16 titulares e 16 suplentes, das quais 50% (cinquenta por cento) são representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) são representantes da sociedade civil organizada.

Um dos principais pilares das políticas públicas para mulheres em Mato Grosso do Sul é a luta pelo combate à violência de gênero, criando projetos que atendam mulheres que sofrem ou já sofreram algum tipo de violência. O estado tem um olhar diferenciado em relação ao tema desde 1999, mas no ano de 2015 a temática tomou mais espaço e atenção dos governantes resultando no empoderamento de mulheres que tiveram seus direitos desrespeitados.

Ainda em 2015 foi inaugurada, em fevereiro, a primeira Casa da Mulher Brasileira do país, a porta de entrada da mulher vítima de violência, contando com o apoio de uma equipe multidisciplinar e parceiros do sistema judiciário. No ano seguinte, a SSPM e os profissionais que integram todas as equipes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) lançaram a campanha Agosto Lilás, fruto de dois anos de estudos para celebrar uma década da Lei Maria da Penha.

Com a finalidade de proporcionar maior acolhimento às vítimas de violência com base na privacidade e no atendimento humanizado, foi inaugurada, no ano de 2017, a primeira Sala Lilás de Mato Grosso do Sul, no Instituto de Medicina e Odontologia Legal (IMOL), a partir dessa conquista vários municípios se espelharam. A Polícia Militar com o intuito de acompanhar e fiscalizar medidas protetivas concedidas às mulheres vítimas de violência, institucionaliza, no ano de 2018, o programa Mulher Segura (Promuse).

Ao longo dos anos vários foram os projetos e ações desenvolvidos para se enquadrar a realidade das mulheres no estado, e com forma de montar um acervo de estudos e um canal de comunicação para com as mulheres. Também para a sociedade em geral, foi lançado, em abril de 2020 o site www.naosecale.ms.com.br disponibilizando todo o trabalho da subsecretaria, assim como, todos os meios de comunicação que uma mulher vítima de violência pode a vir precisar.

O segundo pilar mais explorado em prol das mulheres é do empreendedorismo, uma vez que é visto como uma saída da submissão financeira rumo à liberdade econômica da mulher. Para essas ações, o estado tem parceria com o SEBRAE/MS dando início ao projeto “Sebrae Delas” como o objetivo de fortalecer e aumentar a cultura empreendedora dessas mulheres, tal pilar será a base de toda a pesquisa em questão abrindo novos olhares para tal seara.

A atuação de toda a esfera estadual concomitante aos órgãos públicos e privados tem o enfoque de sensibilizar a sociedade alertando para a não discriminação, para a não

violência e para a valorização das mulheres como uma reparação histórica com foco no empoderamento e empreendedorismo feminino.

Além de todos os ideais abordados, o Plano Estadual de Políticas Públicas para Mulheres juntamente com a Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres promove as chamadas políticas de interiorização, que são as ações realizadas nos municípios com a intenção de tornar visível para as mulheres sul-mato-grossenses do interior as políticas públicas existentes que lhe são cabíveis.

Mediante isso, é imprescindível a atuação de forma regionalizada, reunindo os municípios com características semelhantes e geograficamente próximos, facilitando, assim, o contato e a troca de experiência entre as gestoras municipais, abrindo margem para maiores realizações e mudanças.

3.4 Políticas Públicas para mulher: Porto Murtinho – MS

O Plano Nacional de Políticas públicas além de trazer o âmbito global do que deve ser implementado em relação as políticas públicas, em especial para as mulheres, aborda a maneira como tais ações podem e devem ser colocadas em prática nos estados, como visto anteriormente, e nos municípios. Tal parâmetro de implementação segue a linha dos 10 capítulos do plano, levando em conta todos os aspectos que precisam ser trabalhados em prol das mulheres do município.

O Plano Estadual de Políticas Públicas de Mato Grosso do Sul trabalha os capítulos trazido pelo Plano Nacional com base em 5 eixos de suma importância. Além de colocar em pauta ações estaduais, também serve de exemplo para com que os municípios consigam gerar políticas públicas que se encaixem com o pré-estabelecido e se baseiem na realidade municipal.

O município de Porto Murtinho – MS sempre foi vislumbrado por ser uma cidade turística devido à pesca e por manter suas raízes culturais fortes e presentes. As políticas públicas desenvolvidas pelo poder público levam em conta a necessidade que a população tem além de ser um incentivo para continuar o crescimento da mesma.

Educação, saúde e cultura são pontos que sempre foram pautas de políticas públicas no município, além de serem uma preocupação para com a cidade é melhor forma de dar mais conforto e atenção a população murtinhense.

A preocupação com as mulheres do município está cada vez mais notória nas ações apresentadas. A cidade de Porto Murтинho também é marcada pelo patriarcado, assim como várias outras cidades e estados, mas, na contemporaneidade, vem se moldando e dando espaço para que a população feminina consiga ocupar papéis de representatividade.

O combate à violência doméstica é um dos principais temas voltado a políticas públicas para mulher. No ano de 2018, a vereadora Fátima Vidotte propôs para votação o Projeto de Lei nº007/2018 que buscava instituir a Semana Municipal de Ações Voltadas à Lei Maria da Penha – Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, nas escolas de ensino fundamental – séries finais e de ensino médio, públicas e privadas, localizada no município.

A proposta do projeto se perfaz em conscientizar as comunidades escolares, notadamente os alunos, sobre a necessidade de prevenção, combate e punição para toda pessoa física ou jurídica que cometa atos de qualquer tipo de violência contra a mulher. Não tem mais como admitir e viver em uma sociedade em que mulheres são inferiorizadas, ignoradas, agredidas, violentadas, tidas como seres que não devem ter os mesmos direitos dos homens.

No mesmo ano foi desenvolvido o Projeto “Lei Maria da Penha vai à igreja” sendo uma iniciativa voltada para a comunidade religiosa da cidade de Porto Murтинho, tendo como objetivo mostrar a importância da Lei Maria da Penha, além de ajudar a conscientizar a todos sobre a necessidade de combater a violência contra mulher, tudo com vistas à prevenção da Violência Doméstica.

É uma medida preventiva de conscientizar a partir de um trabalho educacional de humanização, respeito e informação, de forma que havendo o cometimento da violência, seja ela denunciada e reprimida com veemência.

O município também conta com a “Sala Lilás” local voltado ao atendimento humano para mulheres vítimas de violência, colocando em pauta uma transversalidade de responsabilidades, onde há união do poder público para trabalhar na prevenção a fim de evitar que meninas e mulheres sejam vítimas.

Além disso no ano de 2022 foi sancionada a Lei Municipal 1.746 que dispõe sobre a reserva de vaga em contratações de obras e serviços para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no âmbito do município. O primeiro artigo da referida lei aduz que:

Art. 1º. As empresas contratadas pela Administração Direta ou Indireta do Município de Porto Murinho para a execução de obras e serviços, bem como aquelas empresas ou organizações da sociedade civil que receberem qualquer tipo de incentivo fiscal ou celebrarem convênios ou outros instrumentos de parcerias com o Município, deverão reservar o percentual mínimo de 10% (dez por cento) das vagas necessárias para a execução do contrato.

Parágrafo único: Mulheres vítima de violência doméstica, nos termos da lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, desde que comprovada a sua dependência financeira.

O artigo seguinte aborda que a “exigência é restrita às contratações cuja execução exija 5 (cinco) ou mais profissionais, incluindo todas as áreas, tanto administrativas, quanto operacionais, incluindo no computo estagiários, trainees e outras formas de contratação admitidos em lei.”

O município de Porto Murinho conta com uma coordenadoria de Políticas Públicas para mulher, segundo o Portal da Prefeitura, no mês de novembro desse ano, em parceria com a Defensoria Pública e PRF, promoveram ações para conscientizar e prevenir o tráfico humano durante a Semana Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Além de todas essas ações o município tem uma preocupação diária para com a questão empresarial das mulheres na cidade em questão, desenvolvendo ações e parcerias que serão pontuadas mais adiante.

4 DAS VISÕES DE EMPREENDEDORISMO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL E EMPREENDEDORISMO FEMININO EM PORTO MURTINHO

Posteriormente ao entendimento teórico e breve visão prática das políticas públicas para as mulheres aplicadas em âmbito nacional, estadual e municipal, há de se chegar ao ápice da pesquisa desdobrando o viés abstrato e contemporâneo de desenvolvimento local e empreendedorismo.

4.1 Conceituação de Desenvolvimento Local

Os estudos em prol do desenvolvimento, em primeiro momento, começaram a ser colocados na agenda de cientistas, especialmente, desde o final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 70, orientados por duas principais correntes de pensamento: a liberal e a estruturalista (Goulart, 2006).

A primeira, defende o mercado como sendo um regulador do individualismo e motor da ação social, assumindo, assim, o crescimento e desenvolvimento econômico ligada ao produto final de se tornar modelo para os demais países fazendo com que tal condição fosse atingida pelos demais. A visão liberal é uma doutrina política e econômica que tem por princípio a limitação do alcance do controle e regras do Estado.

Em contraponto, a corrente estruturalista trata da busca pela identificação das estruturas que sustentam o sistema, aborda os fenômenos vividos através da inter-relação, uma vez que faz jus a análise das partes para se compreender o todo.

Paul Garvin (1964) defende que o estruturalismo não é uma teoria e nem um método, mas sim um ponto de vista epistemológico, sendo parte da observação de que todo conceito num dado sistema é determinado mediante outros conceitos do mesmo sistema e nada significa por si só. Para o estruturalista, há uma relação entre os dados, fatos e pressupostos, em vez de uma dependência unilateral, é um procedimento científico conectado em todas as partes abordadas.

No século XVIII, o desenvolvimento estava interligado à visão de evolução e progresso. Adam Smith (1776) na obra *A riqueza das Nações* trata exatamente dessa ligação e, ainda, defende que o desenvolvimento deveria controlar a evolução da energia nas formas de produção de maneira crescente para se atingir maior crescimento econômico.

Perspectivas contrárias a essa foram se desenvolvendo ao longo dos anos, Furtado (1998) argumentava fortemente que não há que se falar em uma restrição econômica para o desenvolvimento, uma vez que o mesmo pode ser compreendido em outros pressupostos como boa qualidade de vida para população e sustentabilidade o país.

O economista Walt Rostow (1961), apresentava uma escala evolutiva do desenvolvimento, disseminado em 05 etapas: a primeira seria a sociedade tradicional, cujo exemplo histórico é a sociedade feudal, caracterizada e marcada pelo início da modernização; a segunda etapa trata do período de transição, momento em que ocorre mundialmente a intromissão de políticas estrangeiras em conjunto à forças nacionais favoráveis à modernização; em seguida inicia o processo de arranco quando novas técnicas, métodos e recursos passam a ser explorados, etapa aplicada no Brasil em 1950; a quarta etapa é a da marcha para maturidade, quando se percebe um equilíbrio visando o processo de crescimento; e por fim, a etapa do consumo em massa, período de disseminação do técnico, visando o estado de bem-estar.

Harvey (1996) aponta que ao se tratar do desenvolvimento local, as políticas e experiências nacionais são recentes, uma vez que foi a partir dos anos 1970 que o conceito de desenvolvimento tendo como base os locais, ganha destaque nas políticas públicas ao redor do mundo. Tal enfoque aparece depois de tantos questionamentos em escala nacional e regional na implementação de políticas e programas de desenvolvimento.

Mahbubul Haq (1978), pioneiro da Teoria do Desenvolvimento Humano e criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, concluiu que o desenvolvimento deve ser uma ação de enfrentamento real às piores manifestações da pobreza, objetivando a igualdade de opções e não de renda, ele aborda um lado não só econômico do desenvolvimento, mas humano e realista.

O desenvolvimento, que segundo Cepêda (2012) é polissêmico e vem sendo discutido nas ciências, por muitas décadas foi baseado e ligado, estritamente, ao aspecto econômico, mas diante do fracasso acumulado resultando na clara desproporção mundial como altos índices de pobreza, fome e precariedade, os aspectos sociais e políticos passam a ser incorporados nas propostas de desenvolvimento.

Vázquez Barquero (1993), um dos principais defensores do desenvolvimento local, coloca em pauta que o desenvolvimento local foi uma estratégia, nos anos 80 para incentivar e turbinar a produção de políticas de desenvolvimento ao redor do mundo. Para

o escritor, partiu dessa estratégia a mudança em relação ao não envolvimento apenas do Estado e administradores nas decisões, mas também agregar os atores locais e todas as formas de atuação que incentivem a inovação local.

Além de ser abordado como um marco nas questões de políticas públicas a serem desenvolvidas pelo governo em questão ou de maneira mundial, o desenvolvimento local é uma alternativa utilizada para acompanhar as necessidades que surgem, com o chegar da sociedade contemporânea, como a emergência das novas tecnologias e da globalização.

Na Europa, o Comitê Econômico e Social das Comunidades Europeias do ano de 1995, definiu o desenvolvimento local como sendo o processo para reativar a economia e a dinamização de uma sociedade local, levando em conta o aproveitamento dos recursos endógenos, com base em três objetivos, quais sejam: o crescimento da economia, a criação de emprego e a melhoria da qualidade de vida.

Para Rozas (1998), a organização comunitária em torno de um planejamento é o que caracteriza o desenvolvimento local, levado em conta a perspectiva de construção social, retratando assim um instrumento fundamental, com caráter orientador e condutor, para se alcançar, ou pelo menos tentar, a superação da pobreza.

O desenvolvimento local é percebido como um processo de transformação envolvendo o ser humano como o beneficiário principal da mudança, tendo uma perspectiva de melhoria na qualidade de vida da coletividade ou grupo de pessoas que fazem parte da comunidade (Castilho, 2009). A participação ativa, na concepção contemporânea da teoria desenvolvimentista, é tratada como um pressuposto óbvio dentro da teoria do desenvolvimento local.

Dowbor (1996) admite que o desenvolvimento local não deve ser apenas pensado por uma “lógica economicista”, afirmando que a estratégia de ação de base local, na atualidade econômica e social do Brasil, deve considerar o problema da necessidade da geração de emprego e renda. Mas vale mencionar que o desenvolvimento local não equivale apenas a geração de emprego e melhoria de renda, mas sim como um processo a alcançar tais objetivos.

Outro fator relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não

governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo, cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (Buarque, 1999).

O desenvolvimento local não se trata de buscar somente o atendimento às mínguas materiais, mas sim identificá-las e promover qualidades, capacidades e competências já existentes na comunidade e no lugar afim de vir a suprir tais carências.

Sendo assim, o desenvolvimento local seria, então, aquele induzido pela mobilização do potencial endógeno ao se fortalecerem as capacidades técnicas, financeiras e gerenciais locais, o associativismo e potencial empreendedor, a democracia participativa e parcerias entre atores sociais e instituições (Jara, 1996).

Com base nos modelos de desenvolvimento local da literatura, Neves (2011) relata que o tema em questão pode ser dividido de acordo com os agentes importantes para o desenvolvimento, distinguindo-se assim em três correntes: o território, as instituições e o meio-ambiente.

Em concordância com essa linha de pensamento Sérgio Schneider (2009) distingue três conceitos de território. Na primeira definição, o professor Schneider concebe território como um espaço, que em decorrência ao seu uso e relações com os indivíduos, poder ser compreendido como espaço social. O segundo conceito relaciona o território com base em características imateriais do espaço, como suas dimensões culturais. Por fim, o território é definido como um espaço-região, referente ao novo regionalismo.

As instituições como uma segunda corrente do desenvolvimento local de Neves (2011) priorizam a capacidade institucional de planejamento e execução de estratégias para o crescimento econômico, entretanto tem como deficiência o foco na centralização e o fato de não considerar os interesses reais da comunidade local.

E por fim, o meio-ambiente colocado como a terceira corrente do desenvolvimento local é o responsável como a busca por soluções para os problemas ambientais por meio de uma corrente sustentável que consiga fazer jus as atualizações globais e as necessidades de manutenção do mundo ecologicamente sustentável.

Como propõe Reyes (2001), o desenvolvimento local hoje compreende uma tripla condição, sendo: social, econômica e política. Ao se tratar de condição social é com base em se promover acesso à educação, moradia, serviços de saúde, alimentação, uso racional

e sustentável dos recursos e respeito da cultura e tradições no seu entorno social. O lado econômico diz respeito às oportunidades de emprego, satisfação, como mínimo, das necessidades básicas e uma boa distribuição da riqueza. E o viés político trata da legitimidade não só em termos legais, mas também em termos de prover à maioria da população de benefícios sociais.

Aglutinando todos os pensamentos acerca do desenvolvimento local há que se concluir que se trata de um processo onde a comunidade local, por meio de representantes dos diversos setores estejam juntos para estimular atividades que causem novas criações de empregos gerando melhoria na qualidade de vida, tendo como foco o modo cooperativo da comunidade, incluindo os mais pobres e marginalizados.

Segundo Ávila (2001) o foco do Desenvolvimento Local não gira em torno de aspectos econômicos, mas sim no ser humano como responsável por suas conquistas e derrotas, bem como dar interatividade à ação humana. Zygmunt Bauman (2003) descreve a comunidade como o lugar onde o indivíduo pode se sentir bem, uma vez que se encontra com semelhantes que compartilham saberes e conhecimentos, nota-se que é imprescindível que o desenvolvimento local leva em consideração o viés humano.

Acrescenta-se a essa concepção a visão de Bartle (2015) que aborda o fato de que a comunidade independe de um espaço físico, sendo caracterizada como um grupo de indivíduos que compartilham interesses comuns, podendo existir apenas no campo mental, mas que reafirma a participação ativa e direta dos indivíduos.

A participação do indivíduo no processo do desenvolvimento local é ativa e direta, fazendo uso das suas habilidades e competências, que, somadas a participações ativas de outros indivíduos que formam determinadas comunidades, acabam por fazer surtir efeito em todo o entorno da própria comunidade e nas redes sociais formadas com outras pessoas e comunidades, desembocando na chamada territorialidade (Wanderley; Borges, 2019, p.13).

Nesse sentido, consoante Marques (2011), o desenvolvimento local é o produto de uma ação articulada dos diversos atores sociais, culturais, políticos e econômicos (públicos ou privados), que são os agentes, existentes em um espaço local na construção de um projeto estratégico que guia as ações em longo prazo. Sendo assim, a promoção do desenvolvimento local necessitará da capacidade de organização desses atores locais para gestão dos recursos locais e da capacidade de vencer os fatores externos.

Fragoso (2005) trata da possibilidade de as populações poderem expressar uma ideia de futuro num território vista de forma aberta e flexível, onde esteja ausente a noção do espaço como fronteira, concretizando ações que possam ajudar à (re) construção desse futuro. Os seus objetivos mais óbvios seriam promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como aumentar os seus níveis de autoconfiança e organização.

Unificando todos os conceitos de Desenvolvimento Local, em todas as suas vertentes, se entende o quão importante é esse movimento para receber as inovações advindas na sociedade contemporânea. Ao se tratar de toda a conceituação reconhecida mundialmente, a pesquisa em questão tem por objetivo, como já mencionado anteriormente, trazer uma visão para o município de Porto Murtinho – MS.

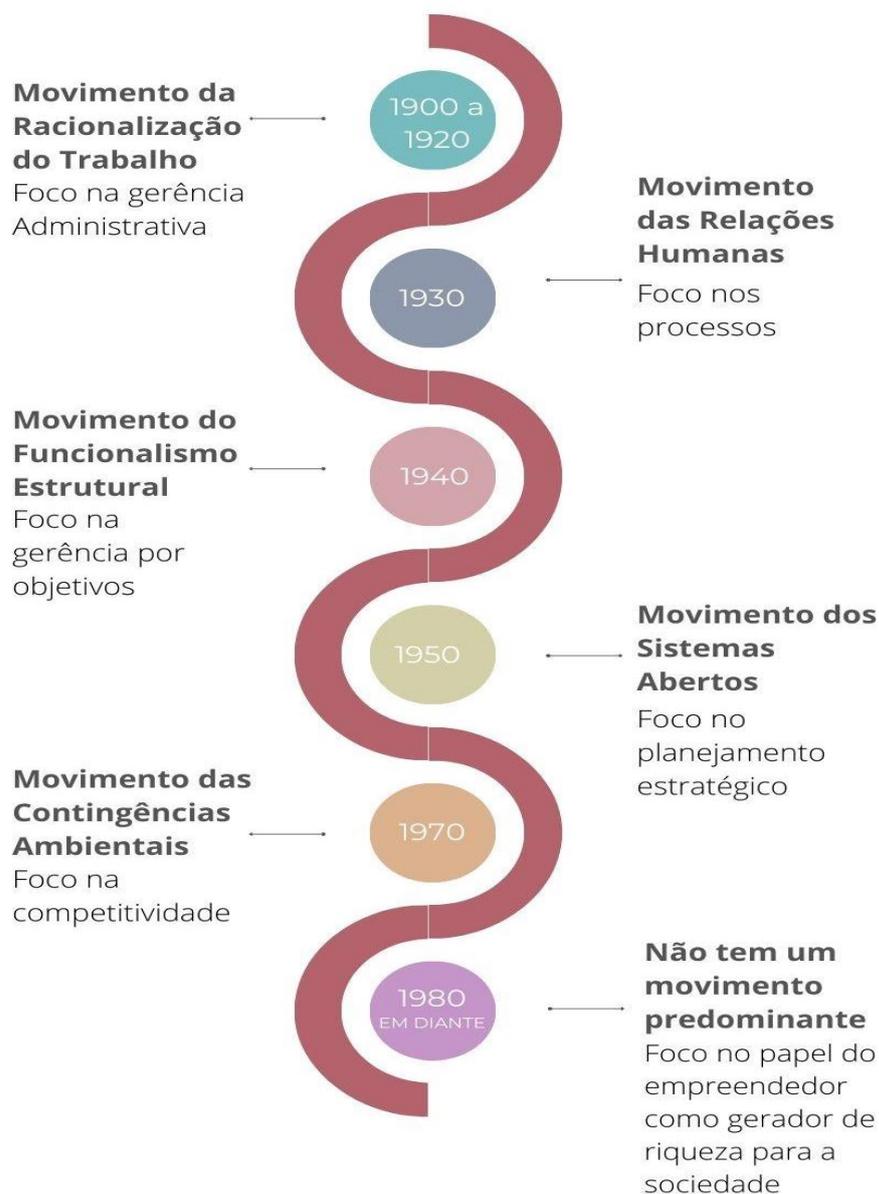
4.2 O contexto histórico do Empreendedorismo

Com origem na Economia Política e fortes contribuições da Psicologia e da Sociologia, as primeiras ideias sobre empreendedorismo datam dos anos 1700, mas desde os primórdios o ser humano entendeu que as relações interpessoais baseadas na troca seria uma forma interessante de se movimentar a economia.

Inicialmente as trocas seriam realizadas por meio dos produtos agrícolas que sobravam, eles eram usados como barganha para conseguir outro produto, e após esse período inicial a criação de moedas e o desenvolvimento do processo de compra e venda podem ser considerados como atos de empreendedorismo na época, a linha histórica do empreendedorismo divide os períodos em movimentos dentro da evolução das teorias administrativas.

Para esclarecer toda a linha histórica do empreendedorismo, Dornelas (2005, p.29) “estabelece que o primeiro exemplo de empreendedorismo pode ser creditado ao Marco Polo quando tentou estabelecer uma rota comercial no Oriente”. Conforme Filion (2012), a tendência do empreendedorismo surgiu nos anos 70, porém vem se afirmando nas últimas décadas, e esse fenômeno vem se dando, no Brasil e no mundo, em função do aumento do número de pequenas empresas e de trabalhadores autônomos, o fenômeno empresarial mais marcante da última década é o crescimento do trabalho autônomo e a evolução da participação das mulheres nessa categoria de trabalho.

Figura 6. Linha do tempo: Evolução das Teorias Administrativas



Fonte: Figueiredo e Rodrigues (2022) - adaptação da autora/2023

Do francês *entreprendre* – empreender, perseguir – surgiram as definições com base nas Ciências Econômicas, a evolução do fenômeno do empreendedorismo se intensificou nas últimas décadas devido a redução dos postos de trabalho e mobilização dos profissionais em busca de novos espaços para exposição de seus talentos. Há que se mencionar, além destes, as oportunidades que surgiram com o fenômeno da globalização e o mercado de trabalho virtual que estimularam o crescimento da corrente empreendedora (Rischman, 1997).

O primeiro exemplo de definição pode ser creditado ao Marco Polo quando houve a tentativa de se tenta estabelecer uma rota comercial no Oriente, havia a assinatura de um contrato para vender as mercadorias. Na Idade Média, o termo era utilizado para fazer a definição de quem gerenciava grandes projetos de produção, uma vez que se assumia a responsabilidade de grandes riscos (Dornelas, 2005).

Já no século XVII, o termo ficou mais associado, diretamente, à questão de correr riscos, uma vez que o empreendedor era aquele que fazia negócios com preços pré-fixados com o governo, ficando assim responsável pelos lucros ou prejuízos resultados do processo. Somente no século XVIII é que se conseguiu dissociar o empreendedor (aquele que assume riscos) do capitalista (aquele que financia os experimentos necessários para se dar à industrialização), tendo como o responsável por tal diferenciação Richard Cantillon, um importante escritor e economista do século (Dornelas, 2001).

Os empreendedores foram confundidos, segundo Dornelas (2005), no final do século XIX e início do século XX, com gerentes ou administradores vigorando tal concepção sob o enfoque econômico. Com isso, os empreendedores eram definidos como organizadores da empresa, responsáveis por fazer o pagamento dos empregados, dirigir e controlar as ações desenvolvidas na organização, mas sempre em prol do capitalismo.

A publicação da obra Teoria do Desenvolvimento Econômico de Joseph A. Schumpeter, 1911, foi o marco em que a conotação de empreendedor adquiriu um novo significado. Na obra o autor descreve o empreendedor como o responsável pela parte do processo de destruição criativa, sendo considerado como o impulso fundamental que aciona e mantém em ação o “motor” capitalista. Criando, constantemente novos produtos, métodos e mercados, além disso, sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros (*apud*, Degen, 1989).

Com o decorrer do desenvolvimento econômico, social e global o empreendedorismo se tornou foco de vários autores e pesquisadores, uma vez que o empreendedorismo é um processo relacionado diretamente a inovação com o intuito de gerar descobertas positivas para estimular o desenvolvimento.

Tabela 3. Conceitos de empreendedorismo

SCHUMPETER (1934)	Empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente, pela introdução de novos produtos e serviços pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos.
MCCLELLAND (1961)	O empreendedor é definido como alguém que exercita controle sobre os meios de produção e produtos e produz mais do que consome a fim de vendê-los (ou trocá-los) pelo pagamento ou renda.
DRUCKER (1974)	A criatividade não depende de inscrições, mas de estudo árduo; um ato de vontade. Assim como a pesquisa sistemática pode resultar na invenção, também pode haver uma busca premeditada de oportunidade para inovar. Quem souber onde e como encontrá-la será o empregador.
FILION (1986)	Um empreendedor é um indivíduo imaginativo, caracterizado pela capacidade de fixar alvos e objetivos.
PRODER Sebrae (PR) (1998)	Empreender é exercer a capacidade de imaginar, planejar e pôr em prática seus sonhos e projetos. Em resumo, é fazer acontecer.
DORNELAS (2005, p. 39)	O empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados.
DOLABELLA, (2008, p.23)	O empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade.

Fonte: Elaboração da autora/2023

Em meio a tantos avanços no desenvolvimento global, nota-se que mesmo com o decorrer dos anos e as mudanças de pesquisadores, o empreendedor tem ligação direta com três palavras fortes: inovação, economia e sonho. Nesse sentido, a inovação se faz como a principal qualidade de diferenciação entre os mesmos concorrentes de determinado mercado.

Ao se falar de economia, o empreendedorismo, nos últimos anos, se tornou uma forte área de crescimento econômico e de oportunidade de negócios, sendo uma inovadora modalidade de acumulação de riqueza e gerador de patrimônio do pequeno ao grande empresário. Independente da forma como esse empreendedorismo “nasce” há uma possibilidade de melhoria financeira.

Errôneo quem diz que para se empreender não é necessário estudo, planejamento e organização. Esses três são pilares para se manter um negócio, independente da área, momento ou método ativo de empreender.

Dentro de tantas expectativas, tentativas e realizações, o empreendedorismo faz com que sonhos sejam realizados e novos sejam incorporados na vida do empreendedor. A vontade de concretização de algo tão esperado gera no empreendedor uma força de em meio a problemas e dificuldades se manter constante em busca de seus sonhos.

Para Drucker (2003, p. 34) o espírito empreendedor não é um traço de personalidade, pois é possível observar pessoas das mais variadas personalidades e temperamentos desempenharem-se bem como empreendedores. Para ele, o que diferencia os indivíduos é assumir a responsabilidade sobre a incerteza de uma tomada de decisão. A atividade empreendedora é um comportamento, e não um traço de personalidade. E suas bases são o conceito e a teoria, e não a intuição.

4.3 Empreendedorismo no Brasil

Enquanto o empreendedorismo se disseminava e crescia ao redor do mundo, no Brasil surgiu na década de 90 mediante a criação de entidades de apoio ao empreendedor, como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas) e SOFTEX (Sociedade Brasileira para Exportação e Software), as empresas de todos os tamanhos e setores observaram a necessidade de renovação e melhoria para continuarem “vivas” no mercado.

O governo federal, também, com o intuito de apoiar empreendedores criou o Programa Brasil Empreendedor, destinado a capacitação de mais de 6 milhões de pessoas, programa este que vigorou de 1999 a 2002, nessa mesma época o empreendedorismo começou a dissipar-se no país através das empresas Pontocom. Há que se mencionar que o empreendedorismo pode ocorrer de duas formas distintas: por necessidade ou oportunidade, uma das duas se torna mais benéfica para o país.

Segundo Dornelas (2005), o ato de empreender por necessidade derivada da falta de opção, ou seja, o indivíduo decide começar uma atividade empreendedora por uma necessidade financeira, geralmente, os empreendedores desse grupo são pessoas que foram demitidas e não conseguiram se realocar no mercado de trabalho, iniciando assim, o seu próprio negócio como alternativa de trabalho. Um problema observado por tal tipo

de empreendimento é a falta de planejamento adequado e de profissionais qualificados para gestão de do negócio.

Já o molde de empreendedorismo por oportunidade são pessoas que mesmo com alternativas de emprego e renda possuem o perfil empreendedor e se sentem motivadas a abrirem o seu próprio negócio, tais empreendedores são visionários e sabem exatamente onde querem chegar. É esse tipo de empreendedorismo que impulsiona o desenvolvimento econômico do país, pois cria empresas mais consolidadas e com maiores chances de sucesso.

No Brasil, historicamente, o índice de empreendedorismo por oportunidade mostrava-se abaixo do de necessidade, porém desde 2003 os empreendedores por oportunidade são maioria, esta mudança de cenário no país é vista com muito otimismo. Salienta-se que existe forte relação entre a taxa de desemprego e o empreendedorismo por necessidade, em 2010 houve uma diminuição desta taxa acompanhada do aumento dos trabalhadores formais na economia nacional.

Assim, muitos dos brasileiros que iniciariam uma atividade empreendedora por necessidade conseguiram encontrar um emprego. Em consequência disso, houve elevação do percentual de empreendedores por oportunidade no país (Greco et. al, 2010).

Durante o processo de crescimento do empreendedorismo não há como deixar de fora um fato que acabou por dificultar e para algumas empresas paralisar a inserção no mercado, no dia 11 de março de 2020, foi decretada a Pandemia do Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde. De acordo com os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cerca de 600 empresas fecharam as portas no período de contágio decretado da doença.

No segundo trimestre de 2019, o país tinha 4,369 milhões de empresas, considerada, a maior marca para o intervalo de abril a junho na série histórica, com dados a partir de 2012. Devido à pandemia, o número passou a cair em 2020 e atingiu 3,788 milhões no segundo trimestre de 2021.

De acordo com os dados da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizada no Brasil pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) no primeiro quadrimestre de 2022 foi registada a abertura de mais de 1,3 milhão de empresas no país. O saldo no período ficou positivo, com 808.243 empresas abertas, descontadas as 541.884 empresas fechadas nos primeiros quatro meses do ano, o Brasil

saiu da 13ª posição no ranking mundial para a 7ª. Nota-se que o empreendedorismo nunca esteve tão forte e presente no Brasil, trazendo soluções para cenários instáveis ou para o empreendedor obter um negócio com potencial de lucros.

Em contraponto aos problemas trazidos pela pandemia, foi nesse momento que várias pessoas se descobriram como empreendedoras e precisaram se reinventar para conseguir estabilizar a vida financeira. Muitos foram demitidos e se viram sem oportunidades no mercado de trabalho, fazendo com que buscassem em si mesmas formas de se reerguerem e lutarem pelos seus sonhos, haja vista que não tem como negar que ser empreendedor é uma luta diária em busca de melhoria de vida, e além disso, uma luta solitária em busca do espírito empreendedor.

Segundo Chiavenato (2008, p.7) o empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. Ele ainda enfatiza a existência de três características básicas para identificar o espírito empreendedor: a necessidade de realização, disposição para assumir riscos e autoconfiança.

4.4 Empreendedorismo Feminino no Mato Grosso do Sul

As mulheres empreendedoras têm desempenhado, atualmente, um papel socioeconômico importante. Elas fazem parte de um contingente que constitui a maior parte da força de trabalho de vários continentes. Na América do Norte, por exemplo, a percentagem de mulheres economicamente ativas é de 77%, 49% na América Latina e Caribe e 77% na Europa (OIT, 1997).

A geração feminina acabara por se tornar a nova geradora de emprego da sociedade, fazendo com que se abrissem novos caminhos para que o empreendedorismo pudesse ser reconhecido e validado para as pessoas. A inserção feminina no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o incremento do número de empreendedoras nas duas últimas décadas motivaram o interesse de pesquisas sobre o exercício do papel empreendedor por mulheres (Oecd, 2000).

A mudança de papel que a mulher conquistou ao longo dos anos conseguindo transformar a realidade patriarcal e machista acaba por refletir em um avanço no país com mais de 7 milhões de mulheres empregadoras e/ou que trabalham por conta própria, gerando renda para suas e muitas outras famílias brasileiras.

Gomes & Santana (2009) destacam que uma das principais razões para que a mulher venha a ter o próprio negócio é a flexibilidade de horários, pois dessa forma poderá compatibilizar o trabalho e a família.

Seguindo o contexto nacional, as empreendedoras sul-mato-grossenses, segundo pesquisa realizada pelo SEBRAE, no ano de 2013, representam 103 mil mulheres que aceitaram o desafio de viver uma vida empreendedora, seja para trazer uma renda para a família, seja para alcançar a tão sonhada realização pessoal.

Conforme a pesquisa (2013), em um País onde ter um negócio próprio é o terceiro maior sonho da população, as mulheres empreendedoras buscam realizar esse sonho cada vez mais. Segundo estudo da GEM (2013), 52,2% dos empreendedores que iniciam seus negócios no Brasil são mulheres. No Brasil o número de empreendedoras nas micro e pequenas empresas cresceu 108% nos últimos 11 anos, sendo contabilizadas como empreendedoras as empregadoras e mulheres que trabalham por conta própria, conforme anuário da Mulher 2013.

Ao se falar em Centro-Oeste, o percentual de empreendedoras que iniciam seu negócio sobe para 56,5%. Quando analisadas as empresas que estão consolidadas no mercado, 44% delas são geridas por mulheres; resultando, então em 8,8% maior com relação ao mesmo estudo de 2012.

Ao se tratar da análise de tempo da empresa, analisados os últimos cinco anos (2008-2012) na pesquisa, verificou-se uma mudança considerável no tempo de existência das empresas lideradas por mulheres em MS, e, em 2008, 50% das empresas possuíam menos de cinco anos de existência. Já em 2012, verificou-se que 74% das empresas possuem mais de cinco anos de existência.

Olhando para o lado econômico do empreendimento, no ano de 2012, 67% das empresas de mulheres no estado de Mato Grosso do Sul faturaram entre 3,6 mil e 3,6 milhões. No mesmo viés econômico as principais atividades geridas por mulheres são: comércio de artigos do vestuário, saúde, cabeleireiras e serviços de alimentação.

As mulheres empreendedoras correspondem a mais de 10 milhões no mercado, sendo a maioria nas classes C, D e E. De todos os empreendedores do país, 34% são mulheres, segundo a pesquisa Empreendedorismo Feminino 2022, realizada pelo Sebrae

com dados do IBGE. Essa soma de mulheres à frente de empreendimentos é recorde, desde que a pesquisa começou a ser feita em 2016.

As mulheres representavam 34,4% do universo de donos de negócios no país, muito próximo do recorde de 34,8%, verificado em 2019. Juntos, homens e mulheres superaram o total de 30 milhões de donos negócios – o maior número da série histórica.

Elas atuam, na maioria, em serviços. As mulheres empreendedoras que geram empregos subiram 30% de 2021 para 2022 — um salto de cerca de 300 mil donas de negócios empregadoras. Mas, no universo total, 9 em cada 10 continuam tocando seus negócios sozinhas.

No primeiro semestre de 2023, o país registrou um saldo positivo de 868 mil novos pequenos negócios, conforme levantamento do Sebrae com base em dados da Receita Federal.

E não apenas o número total de empresas em atividade é maior, mas também o faturamento: em julho de 2023, 31% dos empreendedores observaram aumento de receita – eram 25% em abril. Além disso, menos negócios de pequeno porte tiveram queda no faturamento, somando 37% em julho, frente a 43% em abril.

E dentro do cenário empreendedor da mulher não há como esquecer todo o desdobramento que existe de organização de horários, uma vez eu essa empreendedora, na grande maioria, tem filhos, família, precisam de um tempo de qualidade para se exercitar e desfrutar dos benefícios que o empreendimento lhe proporciona.

4.5 Porto Murtinho: da visão histórica ao Empreendedorismo Feminino

A historiografia do município de Porto Murtinho teve início com a descoberta da erva-mate, que, segundo Aquino et al. (1986:p.388-9), é uma planta cientificamente conhecida pelo nome *illex*. A *illex* explorada no sul de Mato Grosso era Paraguaiese, o que não se achava justo, porque a dita erva era nativa, também, no Estado de Mato Grosso, nesse contexto, alguns denominaram a variedade originária da região brasileira de *Illex Matogrossensis*.

Na época, o Paraguai imaginava que o produto pertencia somente a eles, o que não era verdade, pois, em 1862, o Brasil tornou-se forte concorrente, e as crescentes

exportações brasileiras e paraguaias de erva-mate para os mercados platinos contribuíram para uma situação de superabundância de oferta, provocando a queda de preços do produto e afetando a economia dos dois países, especialmente, do Paraguai.

Acuado do ponto vista econômico, após a morte do pai, Solano Lopez, ao assumir o comando do seu país, preparou-se para o ataque militar ao Brasil. O pretexto ocorreu em 1865, no entanto, surgiram incidentes de modo a envolver a Argentina e Uruguai, por meio do Tratado da Tríplice Aliança (Aquino *et al.*, 1983: p.391).

Tendo fim a Guerra da Tríplice Aliança em 1º de março de 1870, mais conhecida como Guerra do Paraguai, foi constituída a Comissão Mista de Limites Brasil - Paraguai que se encarregou de demarcar a linha divisória entre o Brasil e o Paraguai. O Coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, representante da comissão, convidou Thomaz Laranjeira para ser seu secretário, apesar de ser natural de Santa Catarina, residia em Concepción-Paraguai, pois conhecia muito bem a região.

Durante as viagens para a demarcação, Tomas Laranjeira, conhecedor da industrialização e comércio da erva, requer, da então Província de Mato Grosso, permissão para explorar os ervais. Trabalho que logo tornou-se promissor, permitindo-lhe o ingresso no meio político local, facilitando assim as várias concessões que lhe foram permitidas. Com o crescimento da empresa, fizera-se necessários investimentos na infraestrutura de transporte (Lima, 2000).

Com isso, surge Porto Murtinho, no ano de 1892, atendendo à necessidade de escoamento da erva para o exterior, mercado este muito rico. Segundo Lima (2000) é através deste porto que se fazia a exportação da erva-mate, atingindo o mercado argentino e europeu, em decorrência do acesso no mercado estrangeiro, Porto Murtinho acaba por despertar a atenção de imigrantes europeus, uma vez que a Europa atravessava várias crises, e muitas pessoas tinham na América a salvação.

No ano de 1894, a sede administrativa da Companhia Mate Laranjeira se instala no município, fator primordial para que a cidade tivesse relevância econômica e política no Estado. Com a concessão das terras em 1878, Tomas Laranjeira inicia a exploração da extração da erva mate em 1883, monopolizando os ervais até 1892, quando a lei nº 25, do mesmo ano, abriu concorrência pública para arrendamento dos ervais, sendo vencedor o Banco Rio e Mato Grosso, instituição fundada em 1890, com sede na

Capital Federal e de propriedade da família Murtinho, de relevância política no então Estado de Mato Grosso (Lima, 2000).

Ainda de acordo com o relato da pesquisa de Lima (2000) assim que feita então uma sociedade com a família Murtinho e Tomas Laranjeira, formando-se então a Cia Mate Laranjeira, consolidando as concessões em nome da mesma, tornando-se monopolizadora da exploração, organizando-se em moldes empresariais, o que permitiu a instalação de uma infraestrutura arrojada para a época, possibilitando a abertura para a exportação naval de um porto no Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto n. 520 de 1890. Assim, o Engenheiro Antônio Corrêa, a serviço da Cia Mate Laranjeira, construiu no mesmo ano de 1892, um porto rústico de madeira, à margem esquerda do Rio Paraguai, próximo a um núcleo habitacional usado como Retiro da Fazenda Três Barras, de propriedade do Major Boaventura da Mota.

Ponto geograficamente estratégico para fins de exportação, o lugar foi denominado Porto Murtinho, em homenagem ao Dr. Joaquim Murtinho, presidente do Banco Rio e Mato Grosso, que, em 1894, instalou no povoado uma sucursal da sede federal, tornando-se a primeira instituição financeira do Estado de Mato Grosso, e fixou também a sede da Cia Mate Laranjeira, que adquiriu 3660 hectares da fazenda Três Barras (Lima, 2000).

De acordo com Silva (2003, p.150), Porto Murtinho era um município quase isolado do Brasil. “Sua única via de acesso era o Rio Paraguai, meio deserto de embarcações, atualmente, o serviço nacional de transporte é feito em três vapores de grande calado, o que significa que, na época das vazantes, os vapores vão até lá”.

O município de Porto Murtinho está localizado na região sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, denominado baixo pantanal, a 468 km da capital Campo Grande, com acesso pelas BR-060 e BR-267. A área total do município é de 17.872,90 km², e faz divisa:

- ao norte, com Corumbá (divisa pelos rios Nabileque e Naitaca);
- ao sul, com a República do Paraguai (pelo Rio Paraguai e Rio Apa);
- ao leste, com Bodoquena, Bonito, Jardim e Caracol (pelo Rio Perdido);
- ao oeste, com a República do Paraguai (pelo Rio Paraguai).

Figura 7. Localização de Porto Murtinho - MS



Fonte: Blog “Ação do Pensamento” (2014).

No ano de 2010, o censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) constatou que a população de Porto Murtinho contava com um total de 15.375 habitantes, sendo 8.234 homens e 7.138 mulheres. Já em 2022, último censo realizado pelo mesmo instituto, a população municipal estava em cerca de 12.859 habitantes.

A vida modesta em Porto Murtinho segue o ritmo das águas do Rio Paraguai, especialmente, pela manhã, se avistam muitos trabalhadores paraguaios que atravessam o Rio Paraguai em embarcações, conhecidas por chalanas, para ocupação em seus postos de trabalho. São eles os responsáveis por fazer a travessia dos turistas para contemplação da beleza do Rio Paraguai e da planície pantaneira ou até mesmo para compras no comércio paraguaio.

São eles os responsáveis por fazer a travessia dos turistas para a contemplação da beleza do Rio Paraguai e da planície pantaneira ou até mesmo para compras no comércio paraguaio.

Foto 1. Rio Paraguai em Porto Murtinho – MS



Fonte: <https://timblindim.wordpress.com/2016/02/18>

As principais atividades econômicas de Porto Murtinho são o comércio e a pecuária, sendo detentor do nono rebanho bovino do Estado; terceiro rebanho ovino, sétimo produtor de lã e o décimo primeiro rebanho equino, sem contar que o município tem na pesca uma fonte turística de nível nacional de muitos pescadores que se aventuram pelo Rio Paraguai.

A cidade tem o caráter conservador cultural observado nos vários edifícios históricos ao longo da cidade como maneira de preservar toda a história do município e ter na memória dos murtinhenses todo o apoio na luta pelo crescimento e desenvolvimento da cidade, dentre os principais edifícios tem: o da antiga Prefeitura, o da Mesa de Rendas Federal e do Quartel da 19ª Companhia do Batalhão de Fronteira.

A presença há 84 anos dessa emblemática unidade militar do Quartel da 19ª Companhia do Batalhão de Fronteira, tem uma relação direta com a própria história da cidade de Porto Murtinho, pois a unidade militar contribuiu educacionalmente para a formação de jovens em cursos profissionalizantes, para serem marceneiros, eletricitas, padeiros, encanador, confeitores, cabeleireiros, sapateiros e técnicos em enfermagem em um projeto intitulado “Projeto mingau”. Quando os jovens chegavam à idade de incorporarem no serviço militar, integravam no exército permanecendo até a sua aposentadoria. A presença efetiva desse Quartel ficou bem evidenciada na comunidade murtinhense, quando houve as tragédias da natureza como as enchentes de 1979, 1980 e 1982 quando toda a cidade foi deslocada para os kms cinco, seis, sete e oito da cidade.

Foto 2. A cidade de Porto Murtinho – MS



Fonte: Portal do Governo do MS/2023

Foto 3. Prefeitura de Porto Murtinho - MS



Fonte: Porto Murtinho-notícias

Foto 4. Quartel da 19ª Companhia do Batalhão de Fronteira



Fonte: Toninho Ruiz/2023

Porto Murtinho com a implantação da Rota/Corredor bioceânico, pode se tornar a conexão de um novo Canal do Panamá tanto pela sua posição estratégica e logística, como também pela possibilidade de se transformar em polo de escoamento de commodities a partir dos incentivos do Governo do Estado para reativar a Hidrovia do Rio Paraguai. A possibilidade de atrair operadores e novos empreendimentos portuários à região já é uma

realidade com investimentos de mais de R\$ 400 milhões na construção de dois portos no complexo portuário.

Foto 5. Contorno rodoviário em Porto Murtinho



Fonte: Edemir Rodrigues/2023

Foto 6. Terminal da FV Cereais: investimentos



Fonte: Edemir Rodrigues/2023

Com essas mudanças e novas possibilidades de desenvolvimento, a cidade de Porto Murtinho vem passando por melhorias substanciais e resultado das inovações implementadas na cidade e do apoio público às mudanças necessárias. Por ser uma cidade tipicamente patriarcal e conservadora, a evolução da mulher, em específico e de acordo ao tema abordado pela pesquisa, tem ocorrido de maneira gradativa e árdua, não diferenciando de muitas evoluções ocorridas em nível regional e nacional e mundial, mas sempre abrindo espaço para novos olhares e novas oportunidades.

Ao se trabalhar o desenvolvimento local se torna mais evidente o papel que tal promoção tem em meio a uma sociedade, uma vez que é por meio do desenvolvimento

local que as políticas públicas podem ser implementadas a fim de se alcançar as melhorias buscadas por determinado grupo.

As mulheres, como fonte da pesquisa em questão, encontram no desenvolvimento local uma alternativa de segurança para as reais necessidades levadas ao encontro do empreendedorismo como um meio de melhora da qualidade de vida e elevação das condições econômicas tal como ocorre em Porto Murinho.

5 A REALIDADE DA MULHER EMPREENDEDORA EM PORTO MURTINHO-MS

A mulher empreendedora além de se ver dividida entre suas multitarefas por muitas vezes percebe a falta de amparo para com seu empreendimento. No município de Porto Murтинho-MS existe uma preocupação para que essa falta não seja sentida pelas mesmas.

O município aderiu em março de 2021 ao Programa “Cidade Empreendedora”, uma iniciativa do Sebrae que aborda a integração da gestão pública e pequenos negócios, gerando assim, um ambiente de oportunidades, afim de estimular a economia local e desenvolver o município como um todo.

Figura 8. Cidade Empreendedora em Porto Murтинho



Fonte: <https://cidadeempreendedora.ms.sebrae.com.br/2023>

Ao aderir a este programa oferecido pelo Sebrae/MS, a cidade de Porto Murтинho vem buscando desde o convênio estabelecido realizar uma transformação na economia e no impulso ao desenvolvimento local por intermédio do fortalecimento dos pequenos negócios.

Consoante o Caderno de Resultados de Porto Murтинho – Ciclo 2021/2022, o programa tem como foco a melhoria do ambiente de negócios através da implantação de políticas públicas e de ações de desenvolvimento para os pequenos negócios, fazendo com que os benefícios da lei Geral das Micro e Pequenas Empresas sejam implantados no município.

Dessa maneira, o programa Cidade Empreendedora objetiva a transformação da realidade local, para que as implantações das políticas públicas promovam, de fato, um ambiente favorável aos negócios e garantam mais recursos financeiros circulando localmente, ao mesmo tempo em que dinamiza a atividade econômica e aprimora a competência gerencial dos pequenos negócios.

De acordo com o portal “Cidade empreendedora” do Sebrae e publicado em Porto Murтинho em 2021:

O presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae/MS e titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro), Jaime Verruck, “O foco principal do programa é o nosso pequeno empresário, são as compras públicas, a desburocratização, a melhoria do ambiente de negócios, gerando o desenvolvimento econômico da cidade. Assim, o Sebrae cumpre a sua missão. Ajuda a fomentar a capacidade empreendedora do município por meio do fortalecimento do pequeno empresário, além de ajudar o poder público, como instrumento de desenvolvimento econômico”, ressaltou Jaime Verruck. De acordo com o diretor-superintendente do Sebrae/MS, Claudio Mendonça, o objetivo da instituição ao desenvolver o Cidade Empreendedora é promover o crescimento do município. O nosso grande papel é a transformação.

O projeto faz com que haja uma identificação de demandas da competitividade do município por meio da organização e comunicação com os empreendedores. As iniciativas são modeladas afim de estimular as diferentes potencialidades usando uma abordagem sistêmica para atender às necessidades dos negócios locais.

Dentre as várias ações desenvolvidas ao decorrer do ciclo, o Programa implementou na cidade a Sala do Empreendedor, localizada em frente à Praça da Bandeira, no centro do município. O espaço serve como local de atendimento da Prefeitura ao empreendedor, é um ambiente de conexão entre o empreendedor e a gestão municipal, sendo uma referência para os empreendedores do município que, normalmente, trabalham informalmente por não terem conhecimento sobre a possibilidade de formalização.

O Caderno de Resultados apresentado pelo Sebrae mostra as principais ações que são estruturadas na Sala do Empreendedor, entre elas: alinhando e reorganizando a operação plena dos seus serviços no município: orientações para facilitar a abertura, alteração e baixa de empresas; prestação de serviços ao MEI, como atendimento para cadastro e emissão do Cadastro de Condição de Micro Empreendedor Individual (CCMEI); auxílio na emissão e impressão do Documento de arrecadação do Simples

Nacional do Micro Empreendedor Individual (DAS); orientação aos empresários sobre como participar dos processos de licitação do município.

Atualmente, são cadastradas na Sala do Empreendedor, 16 empreendedoras, que usufruem das atividades desenvolvidas, de diversas áreas de atuação, por exemplo: saúde, beleza, confeitaria, serviços jurídicos e contábeis, papelaria e psicologia. Dentro do ciclo de atividades desenvolvidas foi criada uma estratégia de fomento ao empreendedorismo feminino tendo como objetivo desenvolver ao máximo os potenciais particulares das mesmas e de seus negócios, buscando, assim, desenvolver um projeto de aceleração para mulheres em seus diferentes estágios de desenvolvimento, visando a formalização.

O Caderno de Resultados do Sebrae trouxe a visão de que através da parceria entre a Prefeitura e a Câmara foi firmado um contrato em que foram adquiridas 20 vagas do Sebrae Delas para a jornada premium, a fim de promover o fortalecimento de 20 negócios liderados por mulheres compostas por pessoas físicas e/ou jurídicas.

Foram indicadas 20 empresárias, sendo realizadas as seguintes capacitações presenciais: Empretec; Rotas da Liderança - Comunicação Assertiva; Rotas da Liderança - Inteligência Emocional; Canvas - Visualizando meu negócio no papel; Empreendedorismo Feminino - Oportunidades e Desafios; Feira das Mulheres Empreendedoras (Pós Empretec); Missão Técnica Empresarial para Bonito, no período de 18/11 e 19/11/2022); Capacitação em mais de 20 temáticas on-line (Gestão e Socioemocionais).

Paralelamente a esta ação, é importante assinalar o envolvimento das escolas em projetos de empreendedorismo nas crianças e jovens, que estão sendo realizados, desde a implantação da “Cidade Empreendedora”. Outro resultado importante para a cidade por meio desse projeto é a estimulação à valorização dos imóveis existentes em Porto Murtinho pelos proprietários, principalmente os históricos, sendo que em contrapartida a prefeitura revitalizar prédios centenários, museus e praças de eventos e de lazer, além de resgatar festas tradicionais, como a do Toro Candil.

No município de Porto Murtinho – MS, há ainda o trabalho da Associação Comercial e Industrial (ACIPOM) que tem o papel de fortalecer o empresário, por meio da representatividade e da unidade com um trabalho de parceria com o SEBRAE. A associação faz com que o comércio interno gire, inclusive entre eles, um apoiando o outro.

Além disso, a associação conta com o apoio do poder público, de forma totalmente apartidária, objetivando abranger a todos, atualmente são associados 32 MEI, 3 empresas de grande porte, inclusive estão se associando profissionais liberais, como dentistas e advogadas.

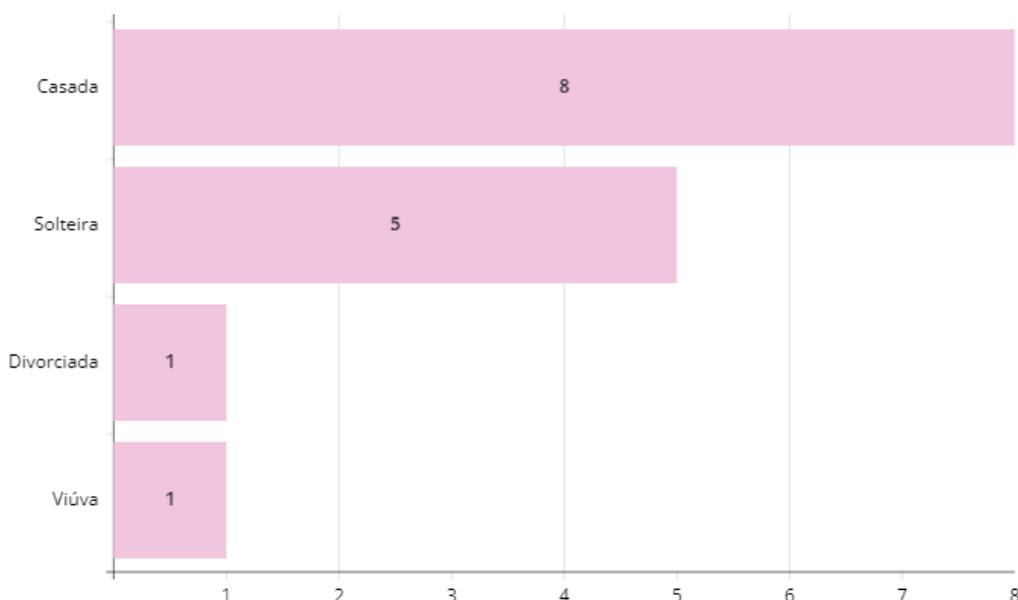
É importante enfatizar que visando analisar todas as políticas públicas criadas e implementadas em prol das empreendedoras, tem que se reconhecer a necessidade de ouvir a história dessas empresárias e de seus comércios que movimentam a economia local, como meio de analisar a realidade de tais mulheres foram promovidas duas formas de contato para com elas.

5.1 Do questionário aplicado - respostas objetivas

Nesse sentido, em primeiro momento da pesquisa realizada neste estudo, foi feito contato no período de março a abril de 2023 com as empresárias associadas à ACIPOM via *WhatsApp*. E foi enviado um formulário criado pelo *Google Forms* contendo 9 (nove) questões objetivas e 6 (seis) questões subjetivas, com o objetivo de vislumbrar quais os contextos de surgimento dos empreendimentos das 15 (quinze) respondentes.

Após a tabulação e análise das respostas obtidas, foram utilizados os gráficos abaixo.

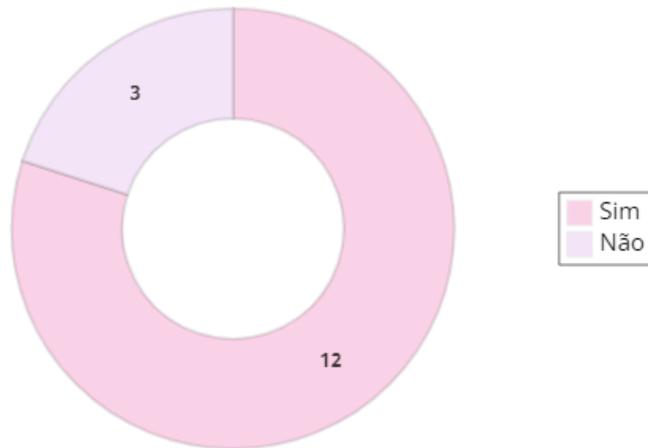
Gráfico 1. Estado civil



Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023.

O estado civil se revela importante para analisar o suporte familiar que essas mulheres têm ao se colocar em questão seus empreendimentos.

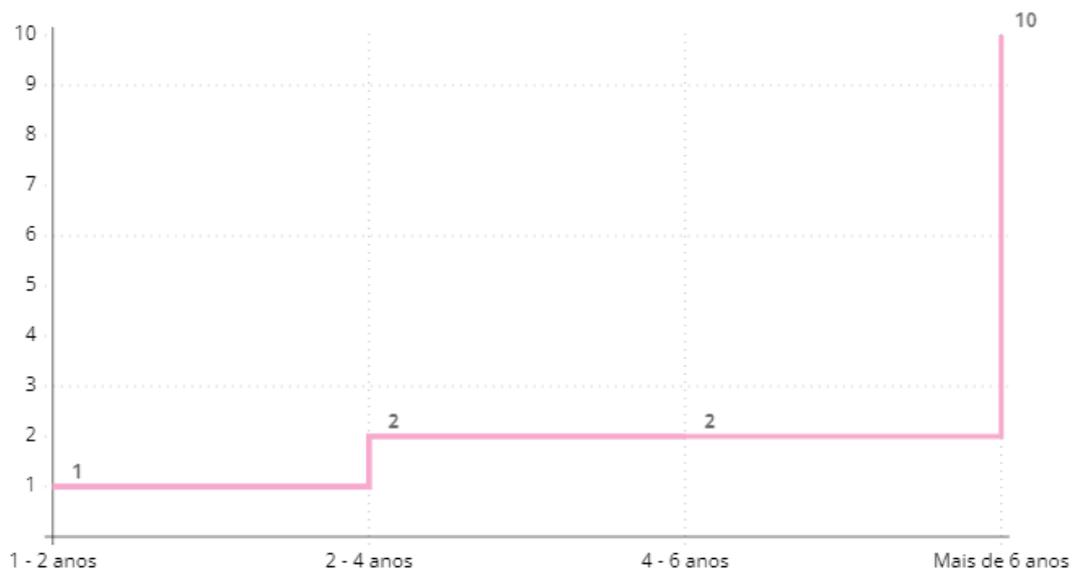
Gráfico 2. Maternidade



Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023.

Tal resultado comprova a questão de que ser mãe não é fato impeditivo nenhum para se ter um empreendimento, o “mundo” do empreendedorismo é para todos e todas. As oportunidades e chances de crescimento estão abertas a serem desenvolvidas por aqueles que querem de verdade impulsionar seus negócios.

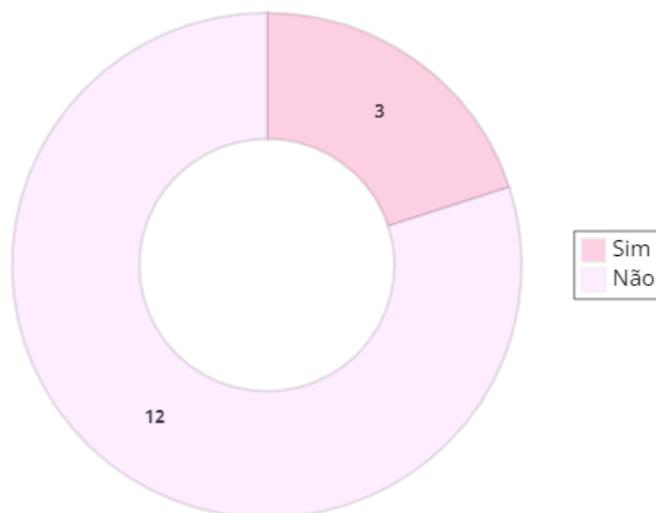
Gráfico 3. Tempo do empreendimento



Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023.

O empreendedorismo é uma atividade que sempre foi desenvolvida, mas ao decorrer dos anos se tornou mais “popular” e recorrente, empreender é um ato de constância e persistência.

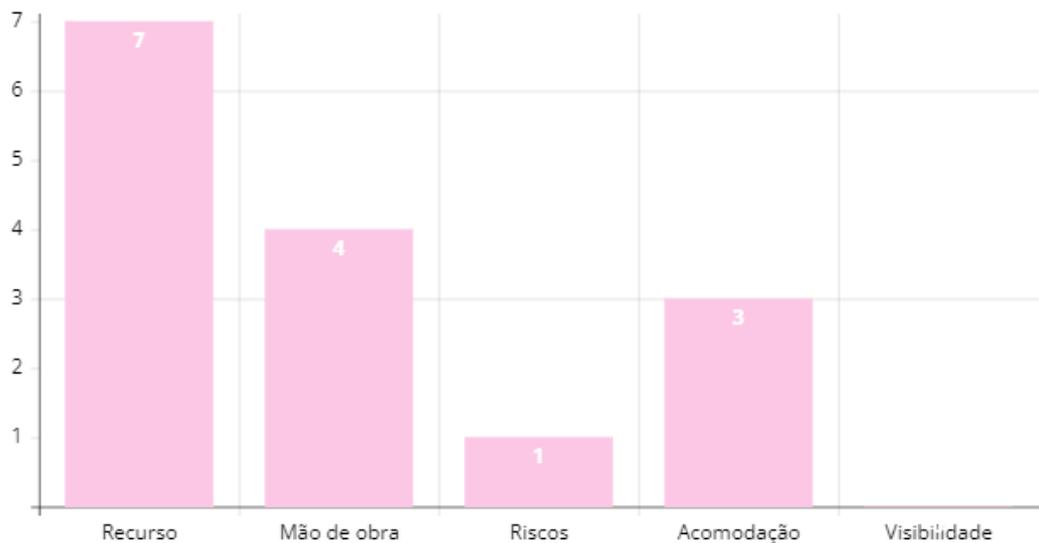
Gráfico 4. Empreendimento como renda familiar



Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023.

A análise da formação da renda familiar se torna uma evidência de que por mais que o empreendedorismo seja uma opção viável e lucrativa, os impasses e lutas diárias para as mulheres faz com que elas precisem somar e integrar sua renda com outra fonte. Nesse cenário, vários são os fatores que podem ser casuísticos para tal necessidade, cita-se como exemplo a alta concorrência, a demanda dentro do lar, a falta de promoção e incentivo fiscal em relação a redução de impostos para as empresas e muitos outros fatores externos.

Gráfico 5. Dificuldades enfrentadas pelo empreendedorismo

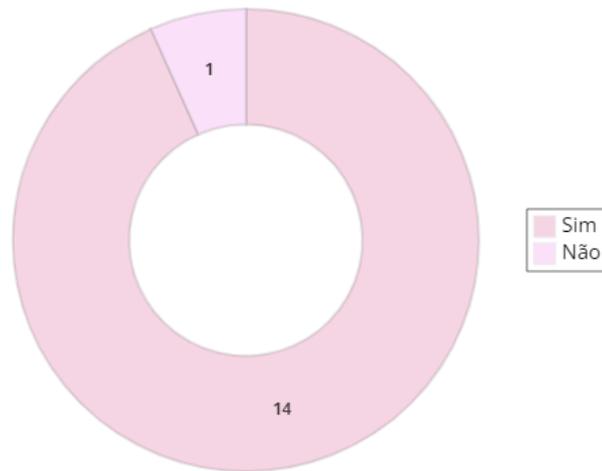


Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023

A ausência de visibilidade não foi selecionada como maior dificuldade enfrentada no empreendimento por nenhuma das empreendedoras. Colocando em pauta os dois maiores índices de dificuldade na visão das empreendedoras, novamente vem à tona a necessidade de se haver maior parceria e incentivos fiscais, como redução de impostos e facilitação de regularização de empresas, por mais que no município de Porto Murtinho-MS as políticas públicas para as mulheres sejam efetivas, no campo empresarial, os cursos, programas de qualificação e palestras acabam por não suprir a real necessidade das mesmas.

Com relação à implantação da Rota/Corredor Bioceânico, os gráficos 6 e 7 analisam o contexto de desenvolvimento do município de Porto Murtinho-MS, a partir da implementação da Rota/Corredor Bioceânica, que tem como objetivo gerar a conexão entre os quatro países (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile) por meio do corredor rodoviário. Para o município de Porto Murtinho esta implantação poderá gerar impactos dentro do município e do comércio local, uma vez que existe a ideia de que a cidade será o Portal de entrada da Rota/Corredor Bioceânico.

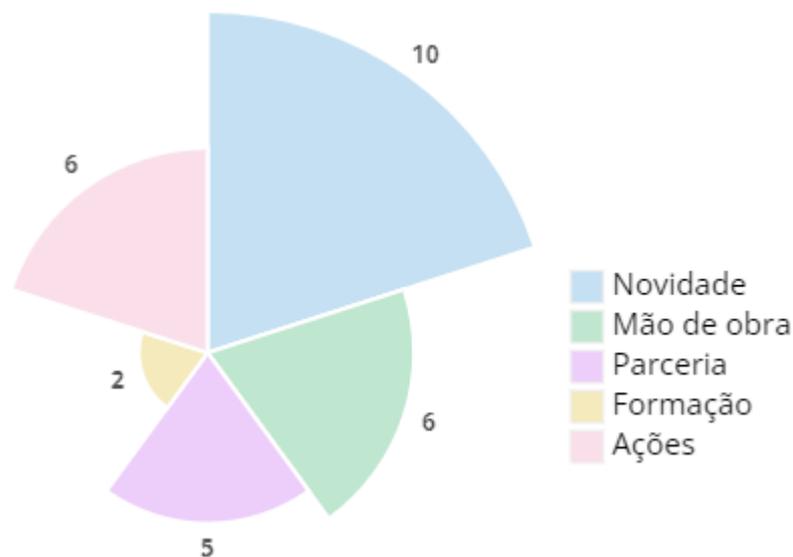
Gráfico 6. Impactos positivos da Rota/Corredor Bioceânico



Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023.

Das 15 empreendedoras que se disponibilizaram a responder o questionário apenas 1(uma) não tem consciência dos impactos positivos advindo da implementação da rota.

Gráfico 7. Visão sobre o empreendedorismo com a implementação da Rota/Corredor Bioceânico



Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023.

Das 29 respostas apresentadas pelas 15 empreendedoras que se disponibilizaram a responder o questionário, com relação aos impactos positivos, muitas respostas sobre o empreendedorismo, a maioria aponta que a chegada de novos empreendedores de diferentes áreas é o que irá acelerar mais o empreendedorismo com a implementação da Rota Bioceânica.

Em segundo lugar com 6 (seis) respostas, a aceleração ocorrerá graças ao advento de novas ações empreendedoras, já para 5 (cinco) respondentes, está a parceria de empreendedores com órgãos municipais, relação que se espera crescer muito com a Rota. Em último lugar, está por parte dos empreendedores, a necessidade da responsabilização e da formação mais atualizada acerca mercado empreendedor, tanto os já existentes quanto os novos que possam surgir.

As novas formas e possibilidades de empreendedorismo darão margem para o crescimento das empreendedoras do comércio local, além de impulsionar a abertura de novos empreendimentos liderados por mulheres.

5.2 Do formulário aplicado – respostas subjetivas

As questões subjetivas inseridas no formulário servem para retratar a história de cada empreendimento e analisar as dificuldades, mudanças e conquistas de vários pontos de vista e de diferentes áreas de comércio por parte das empreendedoras, ora citadas como M1, M2, M3 em diante.

i) Tipo de empreendimento:

A pesquisa foi realizada e disseminada com o intuito de visualizar a realidade da mulher empreendedora de vários os setores de empreendimento no município.

Tabela 4. Tipos de empreendimento

Alimentos / Restaurante	3
Confeitaria	2
Cosmético	2
Artesanato	1
Calçados	1
Drogaria	1
Influenciadora Digital	1

Loja de Departamento	1
Roupa Íntima	1
Manicure	1
Taxista	1

Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023

Cada área de empreendimento necessidade de incentivos e recursos distintos para se promoverem e alavancaram o negócio, esses pontos serão tratados em seguida.

ii) Motivos para abertura do negócio:

Como apresentado anteriormente, o empreendimento pode surgir em vários cenários, os mais corriqueiros e estudados pelos pesquisadores são pautados em necessidade e oportunidade.

Das empreendedoras que responderam ao questionário 7 delas colocaram que abriram seus negócios pela necessidade de se ter uma renda complementar para se tornarem independentes financeiramente.

M6 aponta que “via oportunidade de empreender pela necessidade que tinha na cidade”. Com o decorrer dos anos e o avanço do município de Porto Murtinho – MS em meio a implementação da Rota/Corredor Bioceânico resta evidente que as oportunidades de crescimento existem dentro do comércio local.

Nesse mesmo cenário M 12 relatou que “a falta de restaurante com uma boa estrutura na cidade” foi o ponto principal de oportunidade para abrir o seu negócio. Além da satisfação pessoal o empreendedorismo é a opção para se ter liberdade de horários e flexibilidade. M 14 revela que abriu seu negócio por poder trabalhar com algo que ama e ter horários para poder cuidar do filho.

iii) Incentivos municipais para as empreendedoras:

Ao colocar em pauta o incentivo municipal para com as empreendedoras, as respostas são divergentes, ao mesmo que existe uma aceitação e reconhecimento do incentivo, algumas são descrentes de que esse suporte pro parte do município funciona para todos ou até mesmo seja fidedignamente positivo.

A principal fonte de incentivo surge da parceria municipal com o Sebrae e sua inserção no projeto “Cidade Empreendedora”, como já demonstrado ao longo da pesquisa. “O município tem investido muito através da parceria com o Sebrae e Senar nas ofertas de cursos voltados para o empreendedorismo, consultoria através da sala do empreendedor” (M 1).

Essa parceria corrobora o fato de que a cidade está em expansão, até na área empreendedora, M 6 discorre que “estamos recebendo bastante incentivo do Sebrae através da prefeitura, isso ajuda muito, abrindo novos horizontes”.

Em meio a posicionamentos positivos, existem empreendedoras que veem seus negócios não sendo tão beneficiados quanto aos pequenos e novos empreendimentos. M5, empresária de uma loja de departamento na cidade, em relação ao incentivo municipal afirma que “Incentivo!? Aonde!? Apenas para as pessoas microempreendedores, acredito que pode haver para quem está iniciando um pequeno negócio!” e M9, na mesma linha de pensamento alega que “Em relação aos empreendimentos como confeitaria e demais ramos alimentícios o incentivo é muito bom, para influenciadores, blogueiros e jornalistas não há espaço de credibilidade e confiança para desenvolver o trabalho, tanto por isso que minhas parcerias e publicidades são feitas fora do município”.

iv) Novas ações e incentivos para as empreendedoras com recurso municipal:

É notório que o município vem desenvolvendo um trabalho de incentivo para as empreendedoras, mas alguns aspectos ainda são pontuados pelas mesmas. Uma vez que 6 entrevistadas colocaram como um agente de melhoria a realização de mais cursos e feiras a fim de promover a qualificação das empresárias, como alega M 13 e M 15, respectivamente, “Investimento em cursos de finais de semana para quem tem uma outra renda.”, “Cursos, qualificar seria importante”.

Outro ponto observado pelas respostas é o de promover a união das empreendedoras do município, a fim de incentivar a união feminina e não a concorrência. “Ter um centro ou um local onde as mulheres possam trocar experiências e aprender umas com as outras sempre apoiando a nossa categoria feminina”, depoimento de M 8.

A questão fiscal também foi mencionada pelas entrevistadas, “incentivo fiscal para aqueles que pretendem abrir loja física como talvez desconto no IPTU ou outros impostos, favorecer as mulheres para conseguir Box no mercado do produtor quando

reabrir” - M1, uma vez que os impostos são altos e as próprias mercadorias ao chegar na cidade já chegam com valores elevados, “investimento na área de produtos mais encontrados pois aqui é tudo caro” – M 3.

É necessário se atentar aos pequenos empreendedores locais e fazer com que haja um fortalecimento desses no município, “falta o município ter um olhar mais específico para os pequenos empreendedores valorizar mais os comerciantes locais” relato de M 8.

5.3 Da entrevista realizada

A entrevista foi realizada por esta pesquisadora, em Porto Murinho no período de 16 a 17 de junho de 2023, em horários pré-agendados com 5 (cinco) das 15 (quinze) empreendedoras que anteriormente responderam ao formulário, em seus respectivos estabelecimentos, ora denominadas M 1, M 4, M 6, M 7 e M10.

As questões apresentadas às entrevistadas abordaram os seguintes tópicos: i) a questão da maternidade; ii) as dificuldades referentes aos empreendimentos; iii) incentivos públicos, fiscais, sociais; iv) implementação da Rota/Corredor bioceânico v) visão futura dos empreendimentos.

Cada entrevistada respondeu de forma livre às questões além de enfocarem outros assuntos relativos aos temas tratados e ao final foi solicitado a todas que citassem três adjetivos que trouxessem a representação dos respectivos empreendimentos.

Com relação à entrevistada, ora denominada M 4, as questões mais fundamentais versaram sobre a mudança que o empreendimento gerou na realidade financeira da empresária, uma vez que se viu influenciada pelo sobrinho a abrir seu próprio negócio, sendo assim, iniciou seu empreendimento vendendo roupas de crianças por não encontrar na cidade as opções que via na internet. Após fidelizar clientes e entender as reais necessidades, ela optou por focar na venda de sapatos femininos e masculinos.

Outro ponto colocado em pauta pela entrevistada foi de ter precisado se atualizar e modificar sua forma de atender clientes com a nova era digital. Não tem como continuar com ações de quando não havia comércios na internet, ela relatou à pesquisadora que precisou criar uma conta no *Instagram* e começou a divulgar seus produtos, além de realizar *lives* de promoções e peças novas, assim seus clientes conseguem acompanhar tudo em primeira mão e comprar seus produtos no conforto de suas casas.

Ademais, a empreendedora criou um grupo de *WhatsApp* com as clientes já fidelizadas e ali ela costuma mandar fotos dos produtos e avisar sobre novidades. Todo o atendimento dela é feito de forma virtual mas ela sempre se coloca à disposição das clientes para atendê-las em sua casa aonde ela deixa todas as suas mercadorias. Tal forma de atendimento deu tão certo para ela que nem pensa em abrir loja física pois no caso dela não vê necessidade de expandir fisicamente na cidade.

Ao ser indagada sobre incentivos que podem ser trazidos pelo município para as empreendedoras, a entrevista falou sobre a questão de sentir falta da parceria entre cidade e transportadora, por comprar suas mercadorias de outros estados ela depende desses meios para receber os produtos para comercializar.

E sobre os impactos que a implementação da Rota/Corredor Bioceânico trará para Porto Murtinho – MS, ela acredita que a cidade será um local de passagem e não um ponto de permanência das pessoas. Ainda, acredita que vai melhorar a questão da segurança e questão hospitalar, mas para seu empreendimento sente a necessidade de haver uma empresa forte e grande para aumentar o fluxo de pessoas fixas na cidade e consequentemente fidelizar mais clientes.

Com relação às respostas obtidas, por ora denominada M 6 entende-se que um dos problemas enfrentados pelas empreendedoras no município está pautado na falta de mão de obra qualificada. Para superar tal embate a mesma encontrou solução na qualificação de seus próprios filhos para deixar o comércio em família, mantendo vivo o lema da empresa de *“solucionar problemas e não focar só no lucro”*. Assim como M 4, M 6 também ressalta a necessidade de adaptação do comércio as mudanças advindas do mundo da internet, *“não podemos parar no tempo”*.

Quando questionada sobre o poder público e os impactos da implementação da Rota/Corredor Bioceânico, a entrevista diz que consegue enxergar o lado positivo das intenções do poder público, mas acredita que existe muita burocracia para realização e também embates políticos partidários. E com a implementação da Rota/Corredor se vê esperançosa de que a cidade crescerá e consequentemente precisara de mais comércios locais, o que a faz pensar em abrir uma filial do seu comércio farmacêutico.

A entrevistada, ora denominada M 7, começa a entrevista com uma reflexão sobre empreender, *“além de ajudar no financeiro, ajuda o psicológico, fortalece a mente, é uma válvula de escape”*. Por fazer parte do ramo alimentício a mesma dá ênfase a

responsabilidade que tem para com seus clientes, especialmente ao se falar da questão de cuidados com os insumos, ela relata que a cada dia ao começar os preparativos dos alimentos faz tudo como se fosse para sua própria família, e vê em seus filhos o impulso para acreditar e conquistar.

A empreendedora sente a necessidade de haver incentivo e promoção de questões fiscais para reduzir os valores dos insumos que já chegam na cidade com um valor elevado, a implementação da Rota/Corredor Bioceânico pode ser um propulsor para tal incentivo, além disso, tal implementação será responsável por aumentar o fluxo de pessoas dentro da cidade.

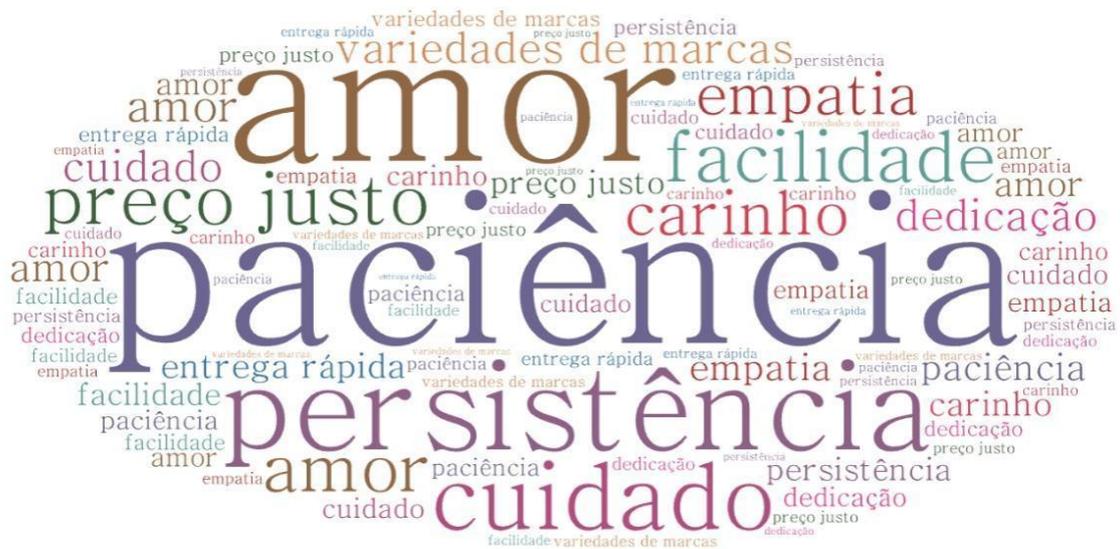
A entrevistada, ora denominada M 10, colocou em pauta a dificuldade de manter o negócio formalizado, uma vez que os valores de impostos e contribuições são elevados, e em contrapartida relata a injustiça de existirem negócios que não estão regularizados como deveriam e não há a devida fiscalização. Acredita, ainda, que com as mudanças advindas da implantação da Rota/Corredor Bioceânico as pequenas empreendedoras serão esquecidas, uma vez que os grandes comércios irão absorver todos os benefícios.

Em relação as respostas da entrevistada, ora denominada M 1, nota-se o reconhecimento de todo o projeto desenvolvido pelo município em parceria com o SEBRAE e a consciência de que tais ações impulsionaram e qualificaram muitas empreendedoras assim como ela. E como outras entrevistadas tem a visão de que a Rota/Corredor irá aumentar o fluxo de pessoas e com isso a possibilidade de angariar clientes.

Apontou, ainda, como uma questão que pode ser desenvolvida pelo município por meio de políticas públicas a facilitação para montar loja física, um dos maiores percalços encontrados pela empreendedora são os alugueis totalmente inacessíveis.

Ao final de cada entrevista a pesquisadora pediu para que as entrevistadas classificassem seus empreendimentos em 3 adjetivos, de forma positiva ou até mesmo diferencial que elas enxergam em suas condutas como empreendedora, como forma de ilustrar as respostas foi desenvolvida uma nuvem de palavras.

Figura 9. Nuvem de palavras advinda das entrevistas



Fonte: Elaboração da Autora a partir do resultado da pesquisa/2023

O empreendedorismo feminino vai muito além de ser só um comércio, é um trabalho árduo que exige dessas mulheres renúncias diárias firmadas em amor, cuidado, persistência e dedicação. Além de lutarem por seus empreendimentos precisam cada vez mais se destacar, e isso ocorre por meio de preços justos e diferenciados a seus clientes, facilidade de negociação e compra, variedades de marcas e entrega rápida para compras feitas virtualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi simples para as mulheres conquistarem independência financeira e terem suas competências reconhecidas ao longo da história. Em um contexto patriarcal como o de Porto Murtinho-MS, esses desafios são exacerbados pela cultura tradicionalmente masculina de liderança, que historicamente subestima ou marginaliza o papel das mulheres no ambiente empresarial e econômico. No entanto, na contemporaneidade, é inegável o avanço da capacidade intelectual feminina e seu impacto positivo no cenário empresarial local.

Apesar dos avanços, o empreendedorismo feminino enfrenta obstáculos significativos. A inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido marcada por diversas dificuldades ao longo dos anos, incluindo resistências culturais profundamente enraizadas e falta de apoio estrutural adequado. O preconceito ainda persiste, especialmente quando se trata da aceitação das mulheres como líderes de negócios e

tomadoras de decisão, refletindo desigualdades históricas que continuam a desafiar a plena inclusão e reconhecimento das capacidades femininas no mundo empresarial.

O desenvolvimento local desempenha um papel crucial na transformação da realidade das mulheres empreendedoras em Porto Murtinho-MS. Iniciativas econômicas e políticas públicas têm sido implementadas para promover a igualdade de gênero e apoiar o crescimento das empreendedoras locais. Programas de capacitação, acesso facilitado a crédito e redes de apoio específicas para mulheres têm emergido como pilares fundamentais para superar barreiras históricas e criar um ambiente mais propício ao sucesso empresarial feminino.

No âmbito empresarial, o empreendedorismo tem se tornado uma ferramenta poderosa de liberdade e autonomia para as mulheres em Porto Murtinho-MS. Além da flexibilidade de horários e das oportunidades em negócios online, o empreendedorismo oferece às mulheres a chance de desafiar normas e estereótipos de gênero, construindo carreiras baseadas em suas próprias habilidades, visões e valores. A capacidade de liderar negócios não apenas impulsiona a independência financeira, mas também fortalece a autoconfiança e influencia positivamente as futuras gerações, moldando uma nova narrativa de empoderamento feminino na região.

A pesquisa detalhada realizada em Porto Murtinho-MS revelou um panorama dinâmico e promissor. As empreendedoras locais demonstraram uma notável disposição para compartilhar suas histórias e desafios, destacando tanto os progressos alcançados quanto as áreas que ainda requerem atenção e apoio. Em uma sociedade onde a liderança feminina continua a ser subestimada e enfrenta desafios únicos, cada avanço representa não apenas uma conquista individual, mas também um passo significativo em direção a uma maior equidade de gênero e inclusão no ambiente empresarial.

Em suma, o empreendedorismo feminino em Porto Murtinho-MS não apenas está enraizado na luta por independência financeira, mas também se apresenta como um catalisador para mudanças sociais profundas e duradouras. Para que esse impulso continue, é essencial que as políticas públicas se mantenham ativas e adaptadas às necessidades dinâmicas das empreendedoras locais. O apoio contínuo através de iniciativas governamentais, parcerias com o setor privado e sensibilização social é crucial

para criar um ambiente de negócios que não apenas reconheça, mas celebre e fortaleça o papel das mulheres como líderes e agentes de mudança na economia local.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Rosane Oliveira; BATISTA, Luiz Eduardo. Empreendedorismo feminino: razão do empreendimento. **Núcleo de Pesquisa da FINAN**, v. 3, n. 3, p. 1-14, 2012. C:/Users/vitor/Downloads/ARTIGO%207.pdf
- ANDRADE, M. C. de M. (2013). **O século XIX: O mundo burgues/ O casamento/ A nova mulher: o contexto histórico dos romances Madame Bovary, Ana Karenina, O Primo Basílio e Dom Casmurro**. Evidencia, 8(9), 63-80.
- ANNA, A. L., CHANDLER, G. N., JANSEN, E., & MERO, N. P. (1999). **Women business owners in traditional and non-traditional industries**. Journal of Business Venturing, 15 (3), 279-303. [http://dx.doi.org/10.1016/S0883-9026\(98\)00012-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0883-9026(98)00012-3)
- ASATO, Thiago Andrade; GONÇALVES, Débora Fittipaldi; WILKE, Erick Pusck. **Perspectivas do Corredor Bioceânico para o desenvolvimento local no Estado de MS: o caso de Porto Murtinho**. Interações, Campo Grande, MS, v. 20, n. especial. 2019.
- BARRETO, Lenade; MESSEDER, Suely; GIL, Jaqueline. **Empreendedorismo: uma revisão da literatura e a emergência de abordagens teóricas consoantes com o estudo de realidades específicas**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, v. 7, n. 02, p. 142-167, 2022.
- BENTO, António. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira)**, v. 7, n. 65, p. 42-44, 2012.
- BERTOLAMI, Mariana et al. **Sobrevivência de empresas nascentes: influência do capital humano, social, práticas gerenciais e gênero**. Revista de Administração Contemporânea, v. 22, p. 311-335, 2018.
- BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. **Lei Maria da Penha**. CEP, v. 1401, p. 002, 2014.
- BOLSON, Saionara Branco; DE OLIVEIRA, Líbia Maria Paiva; DO VALE, Maria Páscoa. **Empreendedorismo feminino: desafios e conquistas no mundo dos negócios**. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, v. 3, n. 02, p. 84-102, 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.114 p.
- BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. **Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura**. Revista de Educação do Vale do Arinos-RELVA, v. 3, n. 2, 2016.
- CARDOSO, t., ALARÇÃO, i. & CELORICO, J. (2010). **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento**. Porto: Porto Editora.
- CARMO, H. & FERREIRA, M. (1998). **Metodologia para investigação: Guia para autoaprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta
- CARVALHO, Flávia Xavier de; MANDALOZZO, Silvana Souza Neto. Gênero: uma história de luta no Brasil. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba**, v. 3, n. 32, p. 72-82, 2014.
- CARVALHO, Francisco dos Santos et al. **Educação, Diversidade e o empreendedorismo feminino: uma revisão da literatura com base em publicações geradas nos cursos de administração no Brasil**. Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, v. 8, n. 9, 2021.
- CHARLES, M. (2011). **A world of difference: International trends in women's economic status**. Annual Review of Sociology, 37, 355-371. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2013.01.003>

CHAVES, Paulo Victor Antônio; DA SILVA COSTA, Simone Teles; DA SILVA MAFRA, João. **Empreendedorismo: reflexões e contribuições, uma revisão de literatura.** Revista GeTeC, v. 7, n. 19, 2018.

COLICHI, Rosana Maria Barreto et al. **Empreendedorismo e suporte familiar em estudantes de enfermagem do Brasil e Chile.** Acta Paulista de Enfermagem, v. 34, 2021.

CRUZ, Carlos Fernandes et al. **Os motivos que dificultam a ação empreendedora conforme o ciclo de vida das organizações: um estudo de caso: Pramp's lanchonete.** 2005. Disponível em: <https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/1465/1/Artigo%2011.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2023.

DA SILVA COSTA, Rúbia Darivanda; KALHIL, Josefina Barrera; BOAS, Terezinha de Jesus Reis Vilas. **O estado da arte na metodologia da pesquisa científica na formação de professor de biologia no Brasil: uma visão baseada em análise de teses.** REAMEC-Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, v. 6, n. 3, p. 1-13, 2018.

DE ARAÚJO, Pâmella Thimoteo da Silva et al. **A mulher no mercado cervejeiro: uma revisão bibliografia sobre desafios e perspectivas.** Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 6, n. 6, p. 243-267, 2021.

EPITÁCIO, Sara et al. **A LUTA DAS MULHERES PELO “ESPAÇO PÚBLICO”: NOTAS SOBRE O CASO DO BRASIL.** Interfaces Científicas-Direito, v. 5, n. 3, p. 61-72, 2017.

Evolução História das Teorias Administrativas. Disponível em: <http://grupoevolucao.com.br/livro/Empreendedorismo/histria.html> Acesso em 29 de abril de 2022.

FRAGOSO, Antônio. **Contributos para o debate local sobre o desenvolvimento.** Revista Lusófona de Educação, no 5, Lisboa, 2005.

GEM. **Empreendedorismo** 2017. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/ds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/\\$File/7737.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/ds.nsf/70d1237672d36de1ba87890e4cb251cc/$File/7737.pdf) Acesso em: 19 de outubro de 2023.

JOFRE, Alisson et al. Perfil empreendedor entre estudantes de graduação em enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 34, p. eAPE001645, 2021

KAI, Flavia Obara; QUEIROZ, Adriane Raily Alexandre. **Revisão sistemática sobre empreendedorismo e empoderamento feminino na base de dados da web of science.** Cadernos de Gestão e Empreendedorismo, v. 10, n. 2, p. 16-29, 2022.

Koellinger, P., Minniti, M., & Schade, C. (2013). **Gender differences in entrepreneurial propensity.** *Oxford bulletin of Economics and Statistics*, 75(20), 213-234. <http://qdx.doi.org/10.1111/j.1468-0084.2011.00689.x>

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** São Paulo: Ed. 34, 2008.

MAIA, Marcel Maggion. **Trabalho emocional e significados do feminino no empreendedorismo contemporâneo.** cadernos pagu, p. e226403, 2022.

MAZZOTTI, Alda J. Alves; GEWANDSZNAJDWER, Fernando. Revisão da bibliografia. In: **O Método nas Ciências Naturais e sociais: pesquisa Quantitativa e Qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 2000

MESTRE, M. B. A. (2004). **Mulheres do século XX: Memórias de trajetórias de vida, suas representações (1936-2000).** Tese de Doutorado, Curitiba, Universidade Federal do Paraná.

MINASI, Sarah Marroni; MAYER, Verônica Feder; SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Desigualdade de gênero no turismo: a mulher no ambiente profissional no Brasil.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 16, 2022.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. **As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos.** Anais. Seminário Internacional Fazendo Gênero, p. 1-11, 2017.

Pescaria em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://acaodopensamento.blogspot.com/2014/04/pescaria-em-porto-murtinho-mato-grosso.html>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

PUPIM, Kely Cristina Florentino; LOURENÇO, Maria Victória Oliveira. **Liderança feminina sob a ótica do mercado de trabalho em época de pandemia: uma revisão literária. 2022.**

QUIVY, R. & CAMOENHOUDT (2005). **Manual de Investigação em Ciências Sociais** (4ª edicao). Lisboa: Gradiva.

RIBAS, Maria Margareth Lima Escobar. **O resgate de Porto Murtinho.** Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde, v. 4, n. 3, p. 135-143, 2000.

RODRIGUES, C. de O.; LOPES, MLB; SANTOS, MAS dos. **Empreendedorismo feminino e agricultura: uma revisão sistemática da literatura.** Revista Pesquisa Sociedade e Desenvolvimento, v. 11, n. 3, 2022.

SANTOS, Eliane Davila dos; HAUBRICH, Gislene Feiten. Portal Rede Mulheres Empreendedoras: empreendedorismo, cultura e imagens de si. **Letras de Hoje**, v. 53, p. 412-421, 2018.

SEBRAE. Portal Cidade Empreendedora. Disponível em:

<<https://cidadeempreendedora.ms.sebrae.com.br/>> Acesso em 20 de outubro de 2023

SOBRAL, Sandrina; RIBEIRO, Célia. A liderança no feminino: uma revisão da literatura. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 26, p. 57-76, 2018.

SOUZA, Cristiane Gomes de. A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino. **Revista Katálisis**, v. 23, p. 700-706, 2020.

VILAS BOAS, Eduardo Pinto; APARECIDO dos santos, Silvio. **Empreendedorismo corporativo: estudo de casos múltiplos sobre práticas promotoras em empresas atuantes no Brasil.** Revista de Administração – RAUSP, v. 49, n.2, 2014

WATSON, J., & ROBINSON, S. (2003). **Adjusting for risk in comparing the performances of male and female- controlled SMEs.** *Journal of Business Venturing*, 18(6), 773-788. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.1016/S0883-9026\(02\)00128-3](http://dx.doi.org/10.1016/S0883-9026(02)00128-3) Acesso em: 03 de novembro de 2023.